

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 - Série VII - N.º 428
18 de Março de 1982

Preço: 15\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

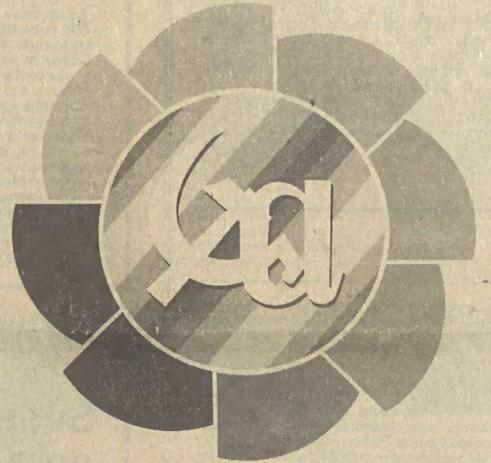


O comício de amizade PCP-POSH decorreu no ambiente de calorosa fraternidade que acompanhou toda a visita da delegação do Partido irmão da Hungria

«Aproxima-se uma mudança qualitativa na situação política portuguesa. O ponto de viragem que se aproxima é um ponto de decisão. A viragem poderá ser em favor da reacção (se esta conseguir levar a cabo o seu golpe através da revisão inconstitucional da Constituição) ou a favor da democracia (se o povo português e as instituições, como continuamos a confiar, conseguem derrotar o plano da «AD» e impor uma solução democrática para a crise).»

Palavras de Álvaro Cunhal no comício de amizade PCP-POSH. Nas págs. 8, 9 e 10, as intervenções, reportagem e comunicado conjunto PCP-POSH

A Festa já tem data!



A Festa do «Avante!»/1982 já tem data marcada: 2, 3 e 4 de Julho no Alto da Ajuda! Para a semana começarão as novidades — e os programas de trabalho!



Pág. 5



A concentração de protesto na passada sexta-feira, em Lisboa, contra a situação na RTP

RTP MENTE!

MAIS 5000 ATÉ JUNHO

Uma tarefa a cumprir a par e passo com a luta, a organização e o esclarecimento: o recrutamento até Junho de mais cinco mil militantes — Págs. centrais

CONVENÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA

No próximo sábado e domingo — o povo toma a palavra — Pág. 12

Editorial

TEMPOS DE VIRAGEM

Duas condições primordiais para uma decidida viragem na situação nacional estão preenchidas — opera-se de maneira efectiva e pronta depende exclusivamente da iniciativa política das forças democráticas e implica a iniciativa institucional do Presidente da República.

Uma dessas condições: o falhanço total da «AD», do seu Governo e da sua política económica e social; barreiras insuperáveis se levantam ao seu plano de restauração da velha ordem apeada em 25 de Abril de 1974, às suas tentativas de restabelecimento do poder económico e político do grande capital.

Outra: o auge da resistência anti-«AD» no quadro da legalidade democrática; salto qualitativo do movimento operário, popular e democrático; conjugação, num plano superior, da luta de massas com a iniciativa no terreno das instituições e com importantes acções de carácter cívico — da luta parlamentar e extraparlamentar.

Deixar passar a oportunidade histórica de operar essa necessária viragem de Governo e de política pode comprometer a própria existência do regime democrático.

Com a «AD» no Poder aprofundar-se-á inevitavelmente a crise global que atola o País, o seu agravamento será fatal qualquer que seja a fórmula de governo no quadro da Aliança reaccionária.

A «AD» não tem em si alternativa para o falhanço do Governo Balsemão. Com Cavaco e Silva ou Freitas do Amaral, com Salgueiro ou Barbosa de Melo, com Eurico ou qualquer outro «barão» da direita, os caminhos que a «AD» aponta não resolverão antes agravarão ainda mais os problemas nacionais já de si bem graves.

Certos círculos da «AD» depositam as suas esperanças na substituição de Balsemão e do próprio PSD na direcção da barca do Governo.

A volta da sucessão reacendem-se os choques e rivalidades no seio da coligação governante.

Empurrar para Balsemão a carga das medidas mais impopulares, «queimam-no» na execução de uma política brutal que serve os interesses do capital financeiro associado ao imperialismo e dos latifúndios e reservam para o outro subsítulo um novo pacote de medidas eleitoralistas a partir da segunda metade deste ano, um ano de eleições autárquicas — e com toda a probabilidade de eleições legislativas antecipadas — que encaram realizar sob um Governo «AD» que lhes garanta o êxito de uma nova fraude eleitoral.

A repetição aperfeiçoada da operação eleitoralista e demagógica de 1980 é sem dúvida um objetivo que mobiliza desde já as atenções e preocupações das forças reaccionárias que se alinham na «AD».

Nenhuma dúvida deve restar de que quaisquer novas medidas eleitoralistas seriam executadas à custa de novos e graves distorções do Orçamento Geral do Estado, de um novo agravamento excepcional da Dívida Externa, de novos atentados à legalidade democrática.

Nem sob a batuta insegura de Balsemão nem de qualquer outro figurão do PSD ou do CDS será possível obstar à política de desastre nacional praticada desde 1979 pelos Governos «AD».

Aumentar o fardo da crise sobre os ombros dos trabalhadores e sacrificar à gula dos grandes os interesses dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, agravar a favor do capital o desequilíbrio da repartição do Rendimento Nacional, que passou de 36,4% para os capitalistas em 1974 para 49,8% em 1980, valor certamente ultrapassado em 1981, são as formas mais conhecidas e directas de acumulação capitalista praticada pelos Governos «AD».

O número de desempregados ultrapassa os 400 000; os salários reais baixaram em 1981 de 4%, cresceu a insegurança no trabalho com a generalização dos contratos a prazo; os custos dos transportes, da alimentação, da saúde, da habitação tornaram-se um fardo insustentável para as

camadas mais pobres e vastas da população; a repressão patronal e estatal intensificou-se.

De maneira oposta o Governo «AD»/Balsemão/Freitas prepara-se este ano para dar de mão beijada aos capitalistas e latifundiários expropriados indemnizações que alguns apontam para os 200 milhões de contos e que pela via das inversões em títulos e a sua reconversão em numerário poderão engrossar o caudal de dinheiro português colocado nas bancas estrangeiras e aumentar a fuga de capitais que se atira já para mais de 600 milhões de contos.

Na zona de intervenção da Reforma Agrária e já na semana em curso, prossegue a ofensiva de destruição das UCPs. O MAP ordenou sem nenhum respeito pela lei o desmantelamento de mais 13 UCPs e o roubo das suas terras, gados e máquinas. Novos contingentes engrossarão o número de desempregados no Alentejo e Ribatejo que ascende já a mais de 20 mil.

Esta é a cara de classe da «AD» e dos seus Governos.

Estrangular a economia portuguesa nos tentáculos da CEE; envolver Portugal na teia das conspirações de guerra do imperialismo e da NATO; sacrificar a independência, a soberania e a integridade do território nacional aos interesses económicos e estratégicos dos Estados Unidos, são direcções fundamentais da política externa dos Governos «AD».

Actuais parcelos da CEE falam em abandoná-la, como o fez agora a Grécia; o desemprego na comunidade aumentou de 28,2% em 1981; a fantasia do aumento das exportações portuguesas para a área da CEE esbarra com a quebra no volume de trocas dos países aderentes, a braços com uma depressão económica que fecha mercados aos nossos produtos de exportação, o que é ainda agravado com a ameaça de uma destruidora recessão nos Estados Unidos.

Mas é o momento em que Balsemão, desesperado pelos atrasos da operação política CEE, val por essa Europa dos 10 com os 5 *dossiers* mais fáceis dos mais complicadíssimos 20 do processo de adesão de baixo do braço, mendigar a integração.

Contra a vontade expressa dos portugueses, os submarinos atómicos dos Estados Unidos passelam-se e ancoram no Tejo. Nos últimos 15 dias 5 destes perigosos barcos de guerra ocuparam o porto de Lisboa.

Fazendo-se advogado da entrada da Espanha na NATO o Governo «AD»/Balsemão/Freitas prepara-se para colocar as Forças Armadas portuguesas sob o comando de oficiais espanhóis. São já eles, aliás, os «orientadores» do GOE, criado pela mente «insurreccionalista» do senhor Angelo Correia.

As novas cláusulas de utilização da base das Lajes pelos Estados Unidos, objecto de negociações entre os dois países, implicam não só a ocupação como a direcção de facto de todo o território da Região Autónoma dos Açores pelos americanos.

Novos empréstimos externos contraídos pelo Governo (na última semana mais 50 milhões de contos aos EU) arrastam novos agravamentos da nossa Dívida Externa, que alguns prevêem atingir os 1200 milhões de dólares em 1982, depois de um aumento espectacular de 22,6% em 1981.

Abjecta submissão ao imperialismo — eis a política externa do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

Contudo o problema político mais escaldante da hora actual é o da revisão da Constituição à luz de um conhecimento mais aprofundado das negociações de bastidores entre a «AD» e o PS e das intenções confessadas dos chefes da coligação governamental.

As últimas declarações de Freitas do Amaral no Porto e as de Balsemão no IAEM, conjuntamente com as prevenções avançadas pelo CDS, dão a medida dos perigos que ameaçam a democracia e que o PS pela mão de Mário Soares e Almeida Santos está em vias de concretizar.

Freitas, que não quer ficar de fora, põe as suas condições ao PS; o seu partido — o CDS — preconiza a passagem imediata para as mãos do Governo e concretamente de Freitas do Amaral das competências em matéria militar, logo à luz da revisão constitucional.

É sintomático que nos círculos da «AD» e nas palavras de Almeida Santos se fale já na promulgação das alterações à Constituição no dia 10 de Junho.

Balsemão, no cúmulo da grosseria e do descaramento, tratando já os altos comandos militares reunidos no IAEM como subordinados da «AD», diz com toda a desfaçatez que as Forças Armadas devem ser consideradas como instrumento da política do Governo.

«Magnânimo», como se os militares tivessem inteligência curta, promete que «todos os assuntos de carácter exclusivamente militar que não necessitem de aprovação ou decisão do Governo (o sublinhado é nosso) serão da competência dos chefes militares» (1) e lá foi dizendo que isso «não se pode colocar assim pois é o Governo (não é o País, não senhor) que lhes paga através do OGE».

Não se pode ser mais descarado nem mais explícito na governamentalização das Forças Armadas.

É este quadro complexo da situação do País que se coloca ao movimento popular e democrático nos seus diversos planos de expressão.

A «Marcha do Desemprego» que se inicia no dia 28 e termina a 4 de Abril é uma significativa acção que se integra numa vasta movimentação de massas que prossegue depois da histórica Greve Geral do dia 12 de Fevereiro e das grandiosas manifestações de rua do último dia 6 para demissão do Governo Balsemão/Freitas do Amaral.

A Convenção Nacional Democrática constituirá, por sua vez, uma grande iniciativa em defesa da Constituição da República, contra a sua revisão inconstitucional.

Novas frentes de luta se abrem, cada vez mais o descontentamento popular adquire expressão política.

A conjugação da luta de massas nas empresas e nas ruas com a «batalha das instituições» na AR, nas autarquias e na iniciativa política dos órgãos de soberania PR e CR e junto deles é uma exigência das novas mudanças qualitativas no movimento popular e democrático e na relação de forças sociais e políticas a favor da democracia e contra a «AD».

A moção de censura do PS, as interpelações do PCP e da UEDS e a nova moção de censura apresentada pelo nosso Partido resultarão no maior enfraquecimento da «AD», do seu Governo e da sua política, da sua força e influência.

Novas perspectivas se abrem à «batalha da unidade».

É tempo do PS e de Mário Soares se darem conta dos perigos reais existentes não só para a democracia portuguesa como para o seu próprio partido resultantes da sua política de compromissos com sectores ditos «liberais» da «AD», de facto expressão camuflada da ala mais reaccionária do partido de Balsemão.

É notório que por detrás da «cenoura» com que a «AD» e o PSD engodam o PS, surge clara e intencionalmente a intenção dos parcelos da Aliança reaccionária de liquidar o PS como oposição válida, de o tornarem inofensivo, desorganizado, desacreditado.

O reforço da democracia passa por uma clara demarcação do PS relativamente à «AD» em matérias tão decisivas como as da revisão da Constituição, da demissão imediata do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, da dissolução da AR, da formação de um governo de gestão idónea, da convocação de eleições antecipadas.

O tempo urge, a oportunidade é excepcional. É hora de pôr os actos em concordância com as palavras, de cumprir compromissos públicos que não se podem trair sem graves consequências para quem os contrai.

A «batalha da unidade» na qual o PCP se empenha com todas as suas energias acabará por ser ganha pelas forças democráticas e patrióticas do nosso país.

SEMANA Nacional

10 Quarta-feira

Presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Setúbal anunciam em conferência de imprensa que vão processar judicialmente o ministro da Administração Interna por injúria e difamação ■ A Comissão Permanente do PSD aceita a abertura de um debate sobre o aborto, no órgão oficial de Pinto Balsemão, «Povo Livre» ■ O porta-voz do Conselho da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves afirma que «seria útil que o sr. secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Marcello Rebelo da Sousa) usasse aquela continência verbal que tanto defende para os outros» ■ O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, pede a Angola que reserve para Portugal uma parte do seu petróleo ■ O Banco Fonseca & Burnay inaugura oficialmente em Bruxelas a sua primeira sucursal no estrangeiro ■ O presidente da Câmara de Cuba afirma que a autarquia espera eliminar até 1985 o analfabetismo existente no concelho.

11 Quinta-feira

O presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Abecasis, entrega a medalha da capital a Santos e Castro, servidor do regime fascista e antigo presidente do município ■ O Supremo Tribunal Militar agrava para vinte anos de prisão maior a pena de Ramiro Moreira ■ O escritor Dórdio Guimarães anuncia a sua saída do PSD e do Conselho de Informação para a RDP ■ A direcção do Sindicato dos Jornalistas é recebida no Conselho da Revolução pelo tenente-coronel Vítor Alves, a quem apresenta uma exposição sobre a situação nos órgãos de comunicação social estatizados, em particular na RTP ■ É tomada pública a formalização local do Movimento Português Contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo ■ Termina a cimeira da AD, onde o Governo foi exortado a manter-se na defesa da sua «acção política e governativa».

12 Sexta-feira

Milhares de pessoas concentraram-se ao fim da tarde frente à sede da RTP, em Lisboa, exigindo o fim da mentira e da lei da rolha na televisão, bem como a demissão da Proença de Carvalho ■ O Presidente da República inaugura a nova Ponte da Figueira da Foz, a segunda maior do País ■ O semanário «O Jornal» divulga uma carta do major Vasco Lourenço a Pinto Balsemão, onde se confirma que aquele conselheiro da Revolução entregou ao Procurador Geral da República uma queixa-crime contra o Primeiro-Ministro por suspeita de violação do segredo de Justiça ■ Começa no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, o Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores da Função Pública ■ O vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, Freitas do Amaral, visita o Estado-Maior da Armada ■ O general Firmino Miguel, ex-comandante da Região Militar Sul, assume as funções de ajudante general do Exército.

13 Sábado

O Conselho Português para a Paz e Cooperação realiza a sua sexta Assembleia da Paz ■ Moradores da Quinta da Várzea, com o apoio da Junta de Freguesia de Póvoa de Santo Adrião e da Câmara Municipal de Loures, arranjam e alcatroam várias ruas e largos do Bairro ■ Terminam as Jornadas Parlamentares do CDS, onde entre outras coisas se «admite a realização de um referendo (inconstitucional) sobre a interrupção voluntária da gravidez, caso a lei venha a ser aprovada na Assembleia da República» ■ O Conselho Nacional da UDP decide que aquele partido concorrerá «com listas próprias ao máximo de autarquias possíveis» nas eleições locais a realizar no Outono ■ Reúne a Comissão Nacional da APU.

14 Domingo

Reúne o Encontro Nacional do MDP/CDE, órgão máximo daquele partido entre congressos; na Declaração Política aprovada no final, considera-se que a «situação da grave crise económica e financeira existente no País é resultante da política prosseguida pelo Governo AD» ■ O ministro da Insurreição Angelo Correia revela em Alijó que o Grupo de Operações Especiais (força policial instalada em Belas) entra em funcionamento no próximo Outono; esta força, segundo disse, não se destina a fazer investigação criminal ■ Uma delegação da União dos Agricultores do Concelho de Condeixa apresenta ao secretário de estado da Produção Agrícola as preocupações da lavoura, sobretudo pelo não pagamento das indemnizações devidas pelos danos das geadas ■ O presidente da Câmara de Chaves (PSD) afirma na presença de Pinto Balsemão que a política de regionalização do Governo «é vesga e injusta».

15 Segunda-feira

Cerca de setecentos trabalhadores agrícolas manifestaram-se em Alcácer do Sal contra a política do Governo AD/Balsemão para a Reforma Agrária ■ Por proposta da APU, a Câmara Municipal de Lisboa decide, por unanimidade, atribuir a medalha de ouro da cidade a Maria Lamas ■ O dirigente do CDS Rui Oliveira afirma, em entrevista ao «Diário de Lisboa», ser necessária a «revisão do Governo», o «mais cedo possível»; segundo aquele centrista, «ao CDS interessa a manutenção da AD unicamente porque nesta fase em que não podemos assumir o poder» é com o PSD que preparam as bases para o seu projecto de sociedade ■ O major Vasco Lourenço afirma ao «DL» que a utilização pelo Primeiro-Ministro de uma cópia do seu depoimento à Polícia Judiciária «é uma interferência abusiva do poder executivo no poder judicial e que põe em causa a estrutura do próprio Estado democrático de direito» ■ O ministro da Reforma Administrativa e da Justiça defende que sejam punidos os conselheiros de gerência e as administrações das empresas públicas e privadas que acordaram aumentos superiores ao tecto salarial da AD.

16 Terça-feira

Pinto Balsemão afirma no Instituto de Altos Estudos Militares que «as Forças Armadas não podem deixar de ser consideradas como um instrumento de que o Governo necessita para dar execução à sua responsabilidade de gerir a política do país» ■ O PCP anuncia a apresentação de uma moção de censura ao Governo na Assembleia da República, no início da próxima semana ■ O executivo AD decreta a requisição civil dos maquinistas em greve da CP; a direcção do sindicato paralelo afirma que «em princípio não acatará a medida» governamental ■ A Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto declara uma greve às aulas por um período de três dias.

Efeméride da Semana — A 10 de Março de 1890 é executado pela primeira vez o Hino Nacional «A Portuguesa», no Teatro de S. Carlos.

Nacional

Sessão de Solidariedade com Cuba, El Salvador Guatemala e Nicarágua

A Associação de Amizade Portugal-Cuba, com o apoio de várias organizações, vai realizar na Voz do Operário, no próximo dia 25, pelas 21 horas, uma Sessão de Solidariedade com Cuba, El Salvador, Guate-

mala, Nicarágua e outros povos em luta da América Latina.

Além das intervenções de vários oradores será projectado o filme a cores «A Marcha do Povo Combatente» seguindo-se

uma parte cultural de poesia e canto.

Está assegurada a presença nesta sessão de representantes da República de Cuba e de uma delegação da Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala.

TUDO PELO BEN-ESTAR DO POVO

Erich Honecker

O destacado dirigente político da R.D.A., apresenta neste livro uma ampla panorâmica da construção e desenvolvimento do socialismo na República Democrática Alemã e das grandes conquistas alcançadas pelo seu povo.

TUDO PELO BEN-ESTAR DO POVO

edições **Avante!**

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

Maternidade Planeamento Familiar e Aborto

Três projectos de Lei em Debate Público

vasta e profunda reflexão colectiva de médicos, psicólogos, juristas, pedagogos, sindicalistas, deputados e dirigentes políticos

VERDADE CONTRA A HIPOCRISIA



Galileu contribuiu decisivamente para um melhor conhecimento do Mundo em que vivemos

No entanto muito há ainda por descobrir.

REVISTA INTERNACIONAL A revista indispensável para se saber como vai o Mundo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedruinha — 3000 Coimbra Tel. 31286

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A — 1000 Lisboa. Tel. 776836/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Assembleia da República

PCP apresenta moção de censura

O medo que o Governo mostrou das iniciativas comunistas e que se revelou uma vez mais durante a interpelação da UEDS vai ter mais motivos para crescer e aprofundar-se. Com razão, pois, em vez de uma interpelação, anunciada para ontem, o PCP fez a sua moção de censura. O Governo 'AD' Balsemão vai de novo ter de apresentar-se na Assembleia com intervalo de poucas semanas, para sofrer uma vez mais a censura dos que querem derrubá-lo e que, com essa determinação, representam a maioria da população portuguesa.

A grande surpresa desta semana, na AR, foi com efeito o anúncio, pelo camarada Carlos Brito, de que o grupo parlamentar do PCP substituirá a iniciativa de uma interpelação ao Governo acerca da sua actuação e afirmações caluniosas relativamente à greve do dia 12 de Fevereiro, por uma moção de censura. Esgotada a figura da interpelação pela UEDS, a moção de censura aprofundará o debate sobre a mesma matéria, como afirmou o presidente do grupo parlamentar comunista na passada terça-feira.

Esse dia seria marcado também por intervenção do deputado socialista Jorge Sampaio que falaria da insuficiência e deficiência das condições de instalação e funcionamento da AR. Sousa Tavares, do PSD insurge-se contra as palavras do deputado do PS, clamando contra o que chamou de "obstrução dos trabalhos parlamentares".

Quis certamente referir-se não só à interpelação da UEDS, mas também aquela que fora anunciada pelo PCP. Intepelações e moções de censura, na opinião truculenta do deputado da "AD" "duram muito tempo...". No período de antes da ordem do dia, falou ainda a camarada

lida Figueiredo, trazendo de novo ao hemicycle a questão dos textos.

A família dos bafejados

A deputada comunista principiará por acusar o Governo de, ao subordinar-se à eventual adesão de Portugal à CEE, fazer seu central objectivo a redução do emprego no sector têxtil. Daí — afirmou — a sistemática repetição da existência de cerca de 40 por cento de trabalhadores em excesso; da consideração de mais de 70 por cento das empresas como não tendo dimensão industrial, logo condenando-as na sua quase totalidade ao desaparecimento, da insistência na alteração da legislação de trabalho referente aos despedimentos; tudo com um custo financeiro que, em valores actuais, ultrapassaria os 200 milhões de contos até 1990, não contabilizando sequer os custos em infra-estruturas, bonificações de juro e impostos.

A deputada do PCP deu em seguida alguns números significativos — nos 2 últimos anos cerca de 10 mil trabalhadores foram lançados no desemprego, largas dezenas de pequenas empresas foram encerradas, porque, sem crédito para compra de matérias-primas e modernização do seu equipamento, só resistem enquanto os trabalhadores suportam o seu financiamento através de salários que deveriam receber mas não recebem. Sorte idêntico sofreram várias pequenas e médias empresas seriamente descapitalizadas e com mecanismos obsoletos e custos proprietários não pertencem à escassa família dos bafejados pelas boas graças dos gestores 'AD' da banca.

Ainda no prolongamento do período de antes da ordem do

dia, Manuel Alegre e Herberto Goulart, evocaram respectivamente as figuras de João José Cochofel — poeta do Novo Cancioneiro e figura antifascista — e de Sequeira Maves, democrata e membro do MDP/CDE, falecidos recentemente. Os deputados do PS e do MDP apresentaram votos de pesar que serão apreciados mais tarde. Entretanto a Assembleia guardou, à memória de cada um dos democratas falecidos, um minuto de silêncio.

Na ordem do dia, encontrava-se marcada a apresentação do

projecto de lei do PS sobre bases gerais de política nacional de habitação, projecto apresentado por Sousa Gomes e que mereceu algumas considerações favoráveis na generalidade por parte da bancada comunista. Veiga de Oliveira, Octávio Teixeira e Silva Graça pronunciaram-se sobre a iniciativa socialista, sem deixarem de sublinhar algumas objeções que o projecto merece.

Finalmente, e ainda na terça-feira, a Lei quadro das freguesias subiu de novo ao plenário,

vinda da Comissão de Administração Interna e Poder Local, resultado da elaboração de um texto alternativo a um projecto inicial do PCP e de outro da iniciativa da 'AD'.

Anselmo Anibal, deputado independente do PCP, salientaria o facto de o texto agora apresentado ter tido origem num projecto comunista datado de 1979, acrescentando que, na Comissão parlamentar respectiva, o texto alternativo mereceu algumas reservas por parte do PCP — nomeadamente quanto à rigidez do articulado quando estatui sobre o número de eleitores e o equipamento que cada freguesia deve ter, rigidez, acentuada, que em vez de resolver problemas, os levanta.

O deputado afirmou depois que mais nenhuma reservas o texto mereceria até que, a 10 de Março e no próprio dia da sua apresentação a plenário, propostas de alteração tinham surgido da parte de deputados do PSD, que põem em causa a competência reservada da Assembleia da República em legislar nesta matéria. Por exemplo, uma das propostas queria estabelecer que as disposições da lei se aplicam na Madeira e nos Açores com as adaptações que as respectivas assembleias regionais lhes introduziam...

Entretanto não será demais recordar o impacto que a interpelação da UEDS provocou, no seguimento da moção de censura do PS. Incidindo sobre matéria que vai estar de novo na baía quando for debatida e votada a anunciada moção de censura do PCP, a interpelação que decorreu na semana passada veio provar o medo de responder frontalmente à oposição que o Governo de Balsemão — ou de Freitas do Amaral? — tem provido.

Carlos Brito anuncia a moção de censura

Entendemos da forma de declaração política a uma comunicação que reputamos importante para a opinião pública e com implicação directa na organização dos trabalhos parlamentares. É do seguinte teor a declaração do Grupo Parlamentar do PCP:

Na reunião do Comité Central do PCP realizada em 17 de Fevereiro, foi considerada uma eventual interpelação ao Governo acerca da sua actuação e afirmações caluniosas relativamente à Greve Geral do dia 12 de Fevereiro.

Entretanto, a UEDS depositou na Mesa da Assembleia da República, ainda antes da reunião do PCP, uma interpelação sobre a mesma matéria, cujo debate esclarecedor teve lugar no passado dia 10 de Março.

A forma como decorreu a interpelação da UEDS e a atitude final assumida pelo vice-Primeiro-Ministro Freitas do Amaral, chamando ao Governo todas as responsabilidades da actuação do ministro Ângelo Correia e a teorização que desenvolveu em relação ao debate parlamentar a propósito continue e se exige, mas já não sob a figura de uma mera interpelação (esgotada como a requerida pela UEDS), mas através de forma adequada à plena responsabilização institucional do executivo.

Nestes termos, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, deliberou substituir a interpelação requerida nos termos do artigo 209.º do Regimento, pela apresentação de uma moção de censura, nos termos do artigo 202.º do Regimento, a qual será depositada na Mesa da Assembleia da República no início da próxima semana.

Já no domingo, na freguesia de Ermesinde, o deputado do PCP percorreu os lugares da Costa e Palmilha, onde foi calorosamente recebido pela população que lhe expôs os principais problemas do lugar, nomeadamente a falta de uma escola na urbanização de Montes da Costa, o atraso no saneamento dos acessos à Escola Preparatória e Primária e o abandono a que está votado o edifício da antiga escola Preparatória.

Visita a Mourão

Os três deputados do PCP na Assembleia da República, pelo distrito de Évora, camaradas Custódio Gíngão, Josefa Andrade e António Vidigal realizaram no passado dia 12 de Março uma visita conjunta ao concelho de Mourão, onde contactaram com a população, autarquias e estruturas económicas do concelho.

Na parte da manhã, a primeira etapa da visita consistiu de uma reunião com o executivo da Câmara, cujo Presidente foi eleito pelas listas da AD. Nesta reunião foram abordados problemas relativos à barragem de Alqueva (cuja continuação das

obras de restauro, por iniciativa da Câmara. Seguiu-se a visita ao Lar da Terceira Idade, a funcionar em imóvel adquirido pela Câmara, o Centro de Saúde, onde foram recebidos pelos médicos e outros trabalhadores e onde se inteiraram das graves carências existentes no campo da saúde, no concelho.

Na parte da tarde, os deputados visitaram a Escola Secundária onde o respectivo Director teve várias críticas à acção do Ministério da Educação e Universidades. A Escola funciona em instalações deficientes e tornase necessária a construção de um novo edifício que responda às necessidades da crescente população escolar do concelho.

Na freguesia da Granja, os deputados do PCP visitaram as obras de saneamento básico que estão a realizar e conversaram com os trabalhadores da Câmara. Seguiram-se visitas às UC's/Cooperativas do concelho, "Boa União" e "Ameados de Baixo". A visita culminou com duas sessões de esclarecimento realizadas à noite, em Mourão, com mais de 100 pessoas e na Freguesia da Granja com 50 pessoas.

obras de executivo camarário defende), a saúde (designadamente em relação ao hospital concelhio e à actuação do Delegado de Saúde e ao facto de existirem apenas 2 médicos polí-clínicos que não dão assistência de fins-de-semana), o problema do desemprego (que afecta centenas de trabalhadores do concelho pelo não cumprimento da lei das finanças locais) e as recentes medidas governamentais em relação ao critério para a habitação e a extinção do Fundo de Fomento de Habitação.

Os deputados do PCP visitaram depois o Hospital Concelhio que recebeu recentemente

Nacional

A RTP contra a Constituição

1. A gravíssima situação hoje existente nos meios de comunicação social estatalizados, com destaque para a RTP, em resultado da sua descarada manipulação e instrumentalização pela AD e pelo seu governo, coloca de forma flagrante na ordem do dia a absoluta necessidade de uma resposta pronta e eficaz para esse perigoso atentado contra a legalidade e contra a própria vida democrática do país.

2. Existe hoje a convicção justamente generalizada de que a RTP, às ordens de Pronsca de Carvalho, do CDS e do governo AD, está transformada numa depuradora arma de agressão política e ideológica, numa central de intoxicação, manipulação e mentira, movendo guerra aberta aos mais elementares valores democráticos, ofendendo a inteligência, a dignidade e direitos essenciais dos cidadãos.

Na generalidade dos serviços noticiosos e programas de informação da RTP assiste-se continuamente ao desprezo pelas mais óbvias regras deontológicas e profissionais, ao espequejar consistente de todos os princípios fundamentais e obrigatórios de isenção, de pluralismo e de independência, ao crescente recurso a técnicas grosseiras ou refinadas — de manipulação, desinformação e mistificação.

Na informação da RTP, por força da obsessão lacaiá de servir a AD e o governo, vale tudo. Praticam-se, de forma perseverante e assumida, discriminações políticas insolentemente constitucionais. Ocultam-se factos e acontecimentos relevantes da vida nacional e internacional, em actos de real reabrelecimento da censura. Distorcem-se notícias e reportagens introduzindo-lhes opiniões e comentários sectários da responsabilidade da própria RTP. Sonega-se aos portugueses verdadeiros debates (com participação representativa e pluralista) sobre candentes problemas nacionais. Impõe-se aos

- A orientação antidemocrática da RTP traduz-se numa indiscutível adulteração prática e modificação concreta do regime democrático consagrado na Constituição
- Impõe-se que as instituições e órgãos de soberania que para tanto detêm capacidade e competências constitucionais, adoptem as medidas mais eficazes para assegurar a reposição da legalidade democrática na RTP

telespectadores horas e horas de comunicações governamentais ou de entrevistas e declarações de ministros e dirigentes dos partidos da AD. As lutas dos trabalhadores e as posições das suas organizações representativas são silenciadas e ferozmente caluniadas. Num crescendo de arrogância e desprezo, é hoje visível que a RTP de Pronsca de Carvalho, sendo uma empresa pública, tem o atrevimento de, ilegitimamente, se pretender constituir em parte activa da luta política e da acção partidária, dando combate aos sentimentos, convicções e opiniões da maioria do povo português que, como é sabido sempre votou contra a AD.

A democracia portuguesa, os cidadãos, as instituições têm o direito de se defender desta, verdadeira conspiração da mentira e têm o dever de combater esta forma tenebrosa de gangsterismo político que envenena a vida nacional.

3. O escândalo da manipulação da comunicação social estatalizada, designadamente da RTP, tornou-se tão gritante evidência nacional que, na sequência da monstruosa campanha da RTP e da RDP contra a greve geral de 12 de Fevereiro, se multiplicam e intensificam as denúncias e os protestos públicos contra esta situação, os

quais, vindos de sectores sociais e profissionais e quadras políticas e ideológicas, muito amplos e diversificados, convergem na comum exigência da pronta reposição da legalidade democrática na RTP.

4. Na sequência das monstruosas operações de manipulação eleitoral conduzidas em 1980 pela RTP, tanto no período pré-eleitoral das últimas legislativas como nas vésperas das presidenciais de 7 de Dezembro, o comportamento provocatório da RTP face à greve geral veio de novo pôr em evidência várias conclusões inevitáveis: a primeira, no sentido de que tais operações e comportamentos não são nem desiluzos ocasionais nem excessos temporários mas parte integrante de uma política deliberada da AD de abuso do poder, de restrição das liberdades e de violação das regras democráticas; a segunda, no sentido de que, independentemente do papel peculiar desempenhado por certas personagens, são os partidos da AD e os seus planos subversivos que requerem necessariamente a mentira, a manipulação e a intoxicação; a terceira, no sentido de que a presença da AD no Governo do País e com ela a permanência da instrumentalização radicalmente incompatíveis com a realização de eleições em condições de seriedade e liberdade.

5. A situação existente na RTP e a orientação obstinadamente antidemocrática que lhes imprimem Pronsca de Carvalho e os seus serventários mais próximos não representam apenas uma qualquer violação da legalidade democrática, porventura de restrito significado e de consequências limitadas. Longe disso, pela própria influência e repercussão da televisão na vida política e social do país e pelo seu importante papel na formação da opinião pública, é inteiramente justo considerar que a orientação antidemocrática da RTP se traduz efectivamente numa real amputação da liberdade de expressão de importantes forças políticas e sociais e de significativas correntes de opinião, numa gravosa ofensa ao direito constitucional a informar e ser informado, convertendo-se numa indiscutível adulteração prática e modificação concreta do regime democrático consagrado na Constituição.

6. Tal facto, justificando que se amplie o movimento cívico de protesto popular e democrático contra a manipulação e instrumentalização da comunicação social estatalizada, justificando que se instale ainda mais largamente um geral sentimento de automática reserva e desconfiança face à propaganda veiculada pela RTP sob a aparência de informação, impõe sobretudo que as instituições e órgãos de soberania, que detêm capacidade e competências constitucionais para tanto, adoptem com a prontidão que o problema inegavelmente requer, as medidas mais eficazes para assegurar a reposição da legalidade democrática na RTP, imperativo que, só por si, justifica plenamente a imediata demissão do governo AD.

A SIP do PCP

Visitas de deputados

Joaquim Gomes no Bombaral

O camarada Joaquim Gomes, deputado e membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, visitou no passado dia 12 o concelho do Bombaral, sendo aguardado por várias entidades representativas da região, nomeadamente da Câmara Municipal, da Adega Cooperativa do Bombaral, do Conselho Directivo da Escola Preparatória e da Comissão Ins-

taadora do Hospital. Foi acompanhado na sua visita por camaradas da Comissão Concelhial do PCP do Bombaral, tendo tido a oportunidade de tomar conhecimento dos vários problemas que afligem a região, ouvindo pessoas e entidades várias que, na oportunidade, lhe manifestaram algumas das preocupações e necessidades mais prementes do concelho.

Dias Lourenço em Trás-os-Montes

No quadro dos contactos com a população desenvolvidos pelos deputados do PCP, esteve em Trás-os-Montes o camarada Dias Lourenço, Director do "Avante!" e membro da Comissão Política do Comité Central. No dia 12, uma sessão em Bragança com numerosa assistência foi caracterizada por um vivo diálogo com aquele deputado. O mesmo em Chaves, no dia 13, véspera da visita do Primeiro Ministro a esta cidade transmontana, em que foram, entre outros, largamente debatidos problemas relativos ao Po-

der Local e à política de abandono do Governo 'AD'. Ainda no dia 12, Dias Lourenço visitou as minas da Borralha — que não pôde visitar no interior por proibição do director, engenheiro Faria.

Na sessão ao ar livre com a população, este senhor ordenou o corte de energia eléctrica para impedir o uso da aparelhagem sonora pelo deputado do PCP mas, prevendo-o, os mineiros puseram em funcionamento um gerador deles próprios.

Dias Lourenço foi o primeiro deputado a visitar as minas.

Gaspar Martins em Valongo

O camarada Gaspar Martins visitou no passado fim-de-

semana vários locais no concelho de Valongo. No sábado,

Projectos do PCP sobre a maternidade já estão em debate no País

Não há dúvida que os três projectos de lei do PCP sobre a defesa da maternidade, sobre planeamento familiar e sobre a interrupção voluntária da gravidez vieram lançar uma pedra no charco do obscurantismo. A lei do silêncio e da clandestinidade imposta pelas forças mais retrógradas da sociedade portuguesa à prática do aborto, a violação da lei que essas forças praticam ao interditar aos jovens o acesso ao planeamento familiar e as dificuldades que põem à sua divulgação junto da população e principalmente junto das mulheres, as barreiras que colocam à mulher portuguesa no acesso a uma maternidade protegida pelo Estado, sofreram, apenas com a apresentação dos projectos comunistas, um profundo abalo.

A lei do silêncio, pelo menos, foi quebrada. Indício revelador foi não apenas a atenção que os mais variados órgãos de comunicação social deram já, e estão a dar, ao assunto — embora façam incidir sobre a questão do aborto o foco exclusivo dessa atenção. Também os colóquios e sessões públicas promovidas nos últimos dias pelo PCP têm revelado que, para o povo português — e principalmente para as mulheres portuguesas com destaque para as trabalhadoras — a questão da interrupção voluntária da gravidez já não é tabu guardado pela hipocrisia, mas um problema social grave que urge resolver sem falsos pudores, corajosa e seriamente.

A vasta participação de público em elevadas sessões — sempre com elevado número de mulheres — tem mostrado que os projectos do Partido eram não só oportunos mas iam ao encontro das aspirações da grande maioria dos cidadãos. E que o debate nacional está lançado, apesar da irritação das forças reaccionárias, que se isolam cada vez mais.

A sessão organizada pela DORL e que teve lugar na passada sexta-feira, à noite, no Teatro Aberto, em Lisboa, levou muita gente a assistir e a participar no debate em que intervieram Zita Seabra, Vidigal Amaro e José Magalhães. As mulheres tiveram papel destacado no debate, através de intervenções que assumiram algumas vezes o

tom dramático de contar de experiências que antes, embora fosse generalizadas à grande maioria das mulheres, eram silenciadas pela existência de uma lei que coloca o aborto na clandestinidade. A ausência de um planeamento familiar divulgado e eficaz leva directamente ao aborto clandestino, com toda a série de humilhações, de sofrimento, de perigos para a saúde, de risco da própria vida, quando não — e tantas vezes — à morte.

Os aspectos mais escondidos dessa realidade generalizada e o próprio carácter sórdido do negócio que sempre tem quando é realizado em condições de clandestinidade, foram trazidos a lume por mulheres que contaram as suas experiências mostrando-se de acordo e apoiando o teor dos projectos de lei dos comunistas.

Também alguns homens intervieram. E, se não puderam contar os dramas pessoais que recaem fortemente sobre as mulheres — algumas chegam a abortar voluntariamente dezenas de vezes — nem por isso deixaram de revelar que a situação lhes diz também respeito, denunciando situações familiares difíceis decorrentes da necessidade de recurso ao aborto.

Zita Seabra, respondendo à pergunta que uma mulher na assistência colocou, foneceria as razões por que o projecto sobre a interrupção da gravidez a decisão cabe à mulher, adiantando que o legislador, neste caso os

comunistas, pensam que se deve legislar tendo em conta as realidades sociais vividas e não optando por uma legislação que contemple situações «ideais». O facto é que é quase sempre à mulher que cabe a decisão de abortar, às vezes no desconhecimento do outro «projetor». E na ausência desse?, perguntaria a deputada, referindo-se aos casos abundantes de mulheres solteiras ou abandonadas, ou apenas aos casos, também não raros, em que o homem «s demite» das responsabilidades que lhe cabem.

Não é também de liberalização que se trata, pois isso era admitir também a completa anarquia no recurso ao aborto com a consequente falta de obrigações que o Estado deve assumir para proteger os direitos e a saúde da mulher.

E de legalização que se trata — isto é, da criação de um qua-

Nos últimos quinze dias, as solicitações para consultas de planeamento familiar mais que duplicaram — foi revelado numa sessão em Coimbra

dro legal que garante condições clínicas, a direcção de um médico, a gratuitidade.

Quem — que tivesse visto o debate na TV — não se surpreenderá ao ouvir o Dr. Meneses a acusar o PCP de pretender favorecer o «negócio privado» com o seu projecto de legalização da interrupção voluntária da gravidez?

A actuação do ministro foi mais uma prova, à vista de toda a gente, do extremo isolamento em que a reacção se coloca, e ao mesmo tempo mostrou que, com estes projectos de lei, o campo de apoio ao PCP alargase consideravelmente ao contrário do que temiam os que puseram em dúvida a sua oportunidade, como afirmou



No seu écran de executivo todo-poderoso da televisão a imagem de Pronsca de Carvalho já treme, começa a estar «desfocada».

Primeiro o PPM — que nunca perdou o elefante que Ferreira do Amaral esteve prestes a «engolir» — ao prender apresentando agora uma alteração à Lei da Televisão de molde a que o presidente do Conselho de Gerência da RTP passe a ser eleito pela Assembleia da República.

Depois os críticos de praticamente todos os jornais a contestar a actividade da Televisão portuguesa.

Mas antes de tudo isto já o Povo Português se apercebera da manipulação que naquele órgão de informação tem estado a ser praticada desde que Pronsca é o chefe todo-poderoso.

Nos últimos tempos a RTP de Pronsca ultrapassou as marcas. E nos gabinetes da Avenida 5 de Outubro há já quem murmure que a imagem de Pronsca (cada vez mais distorcida porque naquela casa o bóia da democracia continua aviariado) só prejudica a imagem nem por isso melhor do Governo Balsemão/Amaral.

Guardemos pois que a RTP apresente desculpas por esta avaria administrativa é infome que um novo presidente do Conselho de Gerência segue dentro de momentos...

Manif. em Lisboa

Por toda a parte neste país, nos quadranes políticos mais afastados, a opinião é praticamente unânime: a televisão com Pronsca não serve.

Entretanto, na sexta-feira passada, promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, realizou-se uma concentração frente ao edifício da RTP na Avenida 5 de Outubro.

Milhares de trabalhadores protestaram assim contra a manipulação e a censura que se verifica naquele órgão de informação estatalizado.

Ulisses Garrido, membro do Secretariado da UAL, caracterizava o que actualmente se verifica naquela empresa:

O que se passa hoje na

televisão é o máximo desca-ramento e a incompetência, é a manipulação, a deturpação e a falta de isenção. Reina a mentira e o silêncio. Há uma programação imbecil e alienante, não se promove a cultura portuguesa, reina o comodismo.

Por seu turno, João Lopes, trabalhador da RTP falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações alertou para a intoxicação desinformativa que invade as nossas casas sem um mínimo de vergonha. Referiu, a propósito, toda a programação feita para a jornada de greve geral do dia 12 de Fevereiro onde a par das mentiras constantes funcionou a "lei da rolha" (uma forma democrática de

exame prévio) dando a RTP a palavra ao Governo, a UGT e a todos que se pronunciavam contra a greve e impedindo a CGTPIN, que convocara a greve de intervir. Ainda sobre a situação interna da empresa, aquele trabalhador denunciou as substituições arbitrárias de profissionais competentes por indivíduos que possuem como única habilitação o estarem fielmente dispostos a servirem os interesses de quem manda. Os milhares de pessoas presentes exigiram ainda a demissão de Pronsca de Carvalho e a reintegração ao abrigo da Lei da Amnistia de 23 trabalhadores afastados há seis anos, situação esta a que nos referimos na edição da passada semana.

Poder local**Em Encontro Nacional considera-se:**

A APU poderá concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais

Com o objectivo de analisar o trabalho realizado nos órgãos autárquicos e apreciar a preparação das próximas eleições gerais para os órgãos de Poder Local, realizou-se no passado sábado em Lisboa um encontro nacional da Aliança Povo Unido (APU), que se debucará igualmente sobre a ofensiva do Governo contra a democracia e a autonomia do Poder Local. Em documento distribuído à imprensa referem-se em cinco pontos as principais conclusões deste encontro.

"A situação política que se vive em Portugal é caracterizada pelo prosseguimento da ofensiva da AD contra o regime democrático e as condições de vida do Povo, pelo reforço da resistência a essa política e a essa ofensiva antidemocrática e pelo crescente isolamento político e social da direita". pode ler-se na introdução do comunicado da Comissão Nacional da APU, chamando de seguida a atenção para os reais perigos que corre a democracia portuguesa, o agravamento da situação social económica e financeira do país e a inequívoca demonstração da total falência da política da "AD", que impõe urgentemente uma saída democrática.

No segundo ponto do documento chama-se a atenção para a ofensiva desencadeada por este Governo contra o Poder Local, consubstanciada na revisão inconstitucional da Constituição e na imposição do escandaloso "pacote legislativo autárquico" que, a consumarem-se, poriam em causa os fundamentos do exercício do Poder Local democrático no nosso país e o descharacterizariam irremediavelmente. Através da revisão inconstitucional da Constituição — recorda o documento — a AD pretende, com o acordo do PS, alterar o sistema de eleição dos presidentes da Junta de Freguesia e limitar os direitos das organizações populares de base; reavivar a lei eleitoral para os órgãos autárquicos, pretende legalizar o recurso à fraude em larga escala e limitar o exercício das liberdades democráticas; com a revisão da lei das autarquias diminuir a democraticidade e o pluralismo nos órgãos autárquicos, espalhar os baldios aos povos, reforçar o presidencialismo, diminuir o papel das Assembleias Municipais e de Freguesia.

Também através da lei das finanças locais tenta-se legalizar os esbultos a que o Poder Local tem sido sujeito, diminuir a participação nas receitas do Estado dos municípios e regiões

mais pobres e atrasadas, agravar a situação financeira das Freguesias, consagrar e ampliar a distribuição de verbas por decisões arbitrárias e discriminatórias do Governo.

E o comunicado da APU prossegue a enumeração das troças governamentais contidas neste absurdo (e perigoso) "pacote autárquico": transferência de encargos para as autarquias sem os correspondentes recursos através da lei de investimentos do Poder Central e Local, alargamento e legalização de ingerências governamentais na actividade autárquica pela Lei da Tutela, consagração da distribuição arbitrária e discrimina-

centradas totalmente dependentes do Governo".

Deste modo a APU apela para a opinião pública — no sentido de que, através da sua intervenção empenhada, imponha a defesa da Constituição de Abril e a rejeição do "pacote legislativo autárquico do Governo", ao mesmo tempo que salienta que a simples apresentação de tal "pacote" demonstra que o Governo "AD" nunca será capaz de presidir a eleições sérias, isentas e livres.

TRABALHO FEITO E A FAZER

Abordando o trabalho realizado pelos eleitos da APU nos órgãos autárquicos, o documento que temos vindo a citar recorda que aquele se tem caracterizado pela resolução de inúmeros pequenos e grandes problemas concretos, estejam os eleitos da APU em maioria ou

de maioria APU e que é estimulado por essas autarquias".

Dai que a APU encare com optimismo as próximas eleições gerais autárquicas, pois "o balanço do trabalho efectuado, a análise da situação existente e das perspectivas que se apresentam permitem concluir que a APU poderá concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e apresentar listas em cerca de 3000 Freguesias (em 1979 concorreu em 2229)" e que, num quadro legal e democrático, poder-se-ão não apenas confirmar as suas actuais posições como conquistar pela primeira vez a maioria em mais Municípios e Freguesias, reforçar a representação noutros e conseguir mandatos onde a APU não se encontra actualmente representada.

"Face ao colaboracionismo da direcção do PS com a direita em política geral, ao seu desmerecimento em muitas autarquias e ineficácia e desinteresse noutros (e em muitos casos às próprias realidades da aritmética eleitoral), a APU é ou tende a tornar-se a verdadeira e única alternativa à AD em muitos municípios e freguesias em que esta coligação reacçãoária ainda tem a maioria."

Torna-se portanto necessário o alargamento ainda maior da unidade expressa nas listas da Aliança Povo Unido, abrindo-as mais e mais à participação de democratas (com ou sem partido) interessados no progresso das suas terras, bem como a elaboração de programas electorais que reflectam as necessidades e anseios populares e traduzam a capacidade da APU para os resolver.

"Com a confiança que vem do trabalho realizado, com a certeza de que esse trabalho torna a Aliança Povo Unido merecedora do crescente entusiasmo, confiança e apoio que se manifestam em relação às suas listas, a Comissão Nacional apela a todos os seus activistas, a todos os democratas, às populações e ao povo em geral para que, através de um cada vez maior empenhamento na luta em defesa do regime democrático, através do trabalho nas autarquias e do trabalho de preparação de eleições, prossiga a preparação de uma séria e clamorosa derrota da AD nas próximas eleições autárquicas".

não. A sua acção sempre se pautou (na teoria e na prática) pela colaboração com eleitos de outras forças políticas dispostas a cooperar na resolução dos problemas dos municípios e freguesias, pela intervenção corajosa contra a ilegalidade, a corrupção, o compadrio e a limitação das liberdades onde quer que se manifestem.

"Apesar das dificuldades e bloqueamentos criados por sucessivos Governos (e designadamente pelos Governos AD) defraudando as autarquias através da não aplicação integral da lei das Finanças Locais em 106 milhões de contos nos últimos três anos, os programas apresentados pela APU aos eleitores na campanha eleitoral de 1979 já foram cumpridos ou estão em vias de o ser até ao fim do actual mandato. Esse objectivo só foi possível devido à permanente participação popular, ao clima de diálogo, abertura e liberdade que se vive em autar-

A APU é ou tende a tornar-se a verdadeira e única alternativa à AD em muitos municípios e freguesias em que esta coligação reacçãoária ainda tem a maioria.

nária de verbas às autarquias através de um projecto de decreto-lei sobre investimentos intermunicipais, criação no MAI de um ficheiro nacional do funcionalismo das autarquias (arastando a liquidação da autonomia do Poder Local na gestão do pessoal), através de um diploma sobre funcionalismo autárquico.

"Em face da prática de desrespeito do Poder Local por parte do Governo AD e do pacote antiautárquico apresentado — frisa a Comissão Nacional da APU — torna-se evidente que o Governo não está interessado na instituição de regiões baseadas em eleições livres — pelo contrário a "regionalização" de que fala a AD não passa de uma grande operação com objectivos eleitoralistas, que visa lançar uma cortina de fumo sobre o "pacote contra o Poder Local" e dar cobertura ao prosseguimento de uma política de centralização de poderes e recursos através de estruturas descon-

Unidade, trabalho e informação

— perspectivas apontadas em Viseu no Encontro do PCP sobre Autarquias

Reunidos em Viseu, em 14 de Março de 1982, no salão dos Bombeiros Municipais, para analisar a actual situação, funcionamento e perspectivas do Poder Local, quadros do PCP e eleitos e activistas da APU concluíram que o actual esquema do Poder Local, apesar das graves e numerosas limitações que ainda enfrenta o distrito, se tem revelado uma grande força transformadora, uma componente essencial do regime democrático saído da Revolução de Abril, um portador de substanciais benefícios para as populações de numerosas localidades.

O Encontro que contou com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, consideraria que as limitações ao Poder Local democrático no distrito consistem antes de mais no desrespeito frequente, ou mesmo sistemático, das leis que regem o funcionamento das autarquias pelos próprios órgãos autárquicos, designadamente pelas Assembleias e Juntas de Freguesia, quando nestas predominam ainda o peso reacçãoário da "AD".

Assim, a título meramente exemplificativo, os participantes no Encontro constataram que são habituais as seguintes irregularidades: há Assembleias de Freguesia que, desde a sua eleição em Dezembro de 1979, ou só reuniram uma vez para a respectiva instalação ou, voltando a reunir, não o fizeram sequer o número obrigatório de vezes por ano que a lei determina; há Juntas e Assembleias de Freguesia que não prestam contas de qual-

quer espécie, que não dão carácter público às suas sessões, não fazem actas das resoluções, que no seu trabalho vêem a autonomia de que deveriam gozar sucessivamente ofendida pelas interferências e prepotências das Câmaras (caracterizadas por frequentes escândalos, corrupção e abusos de poder).

Os eleitos da APU e as organizações do PCP no distrito, com resultados altamente positivos, têm travado uma dura e permanente batalha em muitos órgãos autárquicos pela reposição da legalidade democrática, seu funcionamento regular, denúncia e inquérito a todas as situações conhecidas de abuso e corrupção, etc., etc..

Também se verificou, durante os debates do Encontro, que os autarcas da APU, em espírito verdadeiramente democrático de entreajuda e colaboração com os restantes eleitos, têm procurado apresentar contribui-

ções positivas para a resolução dos problemas das populações e apoiado todas as que visam o mesmo objectivo, venham de onde vierem.

Considerou-se, contudo, que nesta batalha pela legalidade e funcionamento dos órgãos autárquicos, apesar dos importantes progressos verificados nos últimos anos, os eleitos da APU carecem dum apoio mais regular e efectivo por parte das organizações do Partido, com vista a levarem a cabo com êxito a sua difícil tarefa.

Havendo no distrito, como há, casos de autarquias geridas pelo Partido Socialista, o Encontro constatou a esse respeito três tipos de situações: menos dinâmico e operatividade do que seria de esperar em autarquias do Partido Socialista; comportamento passivo e silêncio cumplice por parte de algumas Juntas e Assembleias de Freguesia do Partido Socialista em relação a atitudes ilegais e discriminatórias vindas de Câmaras da "AD"; comportamentos de Juntas e Assembleias de Freguesia do Partido Socialista caracterizados também pela negligência, ilegalidade e abuso de poderes que em nada se distinguem das irregularidades uzeiras da "AD".

Conclui-se-ia ainda pela necessidade de os eleitos da APU das organizações do Partido e

os activistas da APU prosseguirem e reforçarem as tomadas de posição pública, a informação permanente aos eleitores, a denúncia de todas as ilegalidades e corrupçãoes, como já vem sendo feito em muitos lados em pleno êxito, reafirmando simultaneamente a orientação de os eleitos da APU terem uma acção de colaboração com todos os autarcas independentemente do partido político por que foram eleitos, desde que demonstrem real interesse na resolução dos problemas das suas terras.

Finalmente e na base dos debates, informações e análises efectuadas, o Encontro Distrital de Viseu do PCP sobre Autarquias, apontou os objectivos a atingir nas próximas eleições autárquicas, consubstanciadas em cinco pontos: 1 — apresentar listas da APU para todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito; 2 — procurar cobrar com listas da APU o máximo das 366 Freguesias do Distrito de Viseu; 3 — elevar o número de Assembleias de Freguesia em que a APU já ganhou (seja nas eleições realizadas em 1979, seja nas eleições intercalares que depois tiverem lugar); 4 — desalojar a "AD" do maior número possível de órgãos autárquicos; 5 — fazer suar a votação e o número de eleitos da APU no conjunto do Distrito de Viseu, um objectivo prático ao alcance da APU.

Encontro da APU em Lagos

Realizar-se-á no próximo domingo em Lagos um Encontro de eleitos, candidatos e activistas da APU em todos os órgãos autárquicos do Concelho, para apreciação do trabalho desenvolvido, discussão e perspectivação das principais linhas de trabalho com vista às próximas eleições gerais autárquicas. Estará presente o camarada Luís Sá, director da Revista Poder Local.

Os trabalhos, que decorrerão no auditório da Messe Militar em Lagos, terão início às 15 horas, terminando às 19 com a projecção de um filme.

“Urbanização da Zona Norte no banco dos réus”

Como é que o "Varzim" e o "Desportivo" vão ser espoliados em centenas de milhares de contos? Quais as ligações da Câmara aos interesses dos grandes senhores da construção civil? A lei está a ser cumprida no Póvoa do Varzim? Quem ganha com esta enorme negociação?

Estas e outras questões serão discutidas, com a documentação adequada, na sessão pública que a APU de Póvoa do Varzim realizará no próximo dia 25 de Março às 21 e 30 no Estádio Santa Clara, subordinada ao tema "Urbanização da Zona Norte no banco dos réus". Está, obviamente, aberta a todos os poeveros.

Dois dias depois, a 27 de Março, as Comissões de Freguesia da APU de Miraígia e Campanhã realizarão encontros da APU com o objectivo de discutir e fazer um balanço da sua actividade, bem como lançar perspectivas de trabalho futuro.

APU visita S. Marcos, Cacém

Os membros da APU na Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Sintra visitarão no próximo dia 27 de Março a população de S. Marcos, no Cacém. Aqueles autarcas contactarão durante a manhã os habitantes da zona e estarão à tarde na colectividade de S. Marcos para debater directamente com os interessados os problemas locais.

APU reúne em Tortosendo

No passado dia 13 reuniram-se em Tortosendo 81 eleitos e activistas da APU para análise da situação política nacional, balanço da actividade dos eleitos da APU nos diversos órgãos autárquicos do concelho e definição de tarefas na perspectiva das próximas eleições autárquicas.

Como objectivos eleitorais definiu-se a necessidade de concorrer a todos os órgãos autárquicos (tal como em 1979), procurando integrar fundamentalmente eleitores residentes na Freguesia respectiva, abrir a participação nas listas APU a um maior número de pessoas desejosas de servir a sua terra, mesmo que anteriormente hajam corrido noutras listas, manter a maioria APU nas Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra e Sarzedo, ganhar a votação noutras e subir a votação na generalidade.

Definido a APU como a melhor alternativa para a defesa dos interesses locais, o Encontro estabeleceu igualmente um plano de acção eleitoral onde se aponta para a recolha de elementos com vista à elaboração dos programas, edição de folhas informativas sobre o funcionamento dos órgãos autárquicos, formação de comissões eleitorais locais, criação de uma Comissão Coordenadora da APU para o concelho, constituição de uma comissão de fundos.

Balsemão em Chaves

Ouviu das boas...

• Nem já os autarcas da «AD» silenciam as críticas ao Governo

Com algum azedume e muita tristeza poderá dizer que na vigência dos Governos da Aliança Democrática ainda Chaves não conseguiu obter uma única obra de vulto. Estas palavras são de um homem da «AD», mais concretamente do sr. Branco Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Chaves e militante do PSD/PSD. Profertiu-as no passado sábado perante uma volumosa comitiva governamental chefiada pelo Primeiro-Ministro Pinto Balsemão e integrado três ministros, secretários de Estado e deputados da «AD» pelo respectivo círculo (Vila Real). Tal comitiva andou por Vila Real, Chaves e Alijó, ao que parece em «visita de trabalho», que por certo concorrerá para o bem-estar das populações, como considerou também o presidente da Câmara de Chaves na referida sessão de boas-vindas, para logo acrescentar, com inegável frontalidade: **e não por um fútil motivo como muitas vezes acontece.**

Vale a pena debruçarmos-nos sobre este discurso do sr. Branco Teixeira, não tanto pelo que de surpreendente ele teve para a comitiva governamental (Pinto Balsemão responderia com um agastado e petulante improviso de três minutos) mas sobretudo porque dele emerge, com insuspeitada severidade, o mal-estar da generalidade das pessoas para com a política da «AD», a ponto de levar os seus próprios eleitos a manifestar o seu desagrado.

As queixas e reivindicações do presidente da Câmara de Chaves para com o Governo da «AD» não enfor-

ma (habitação), e mais à frente que as várias linhas de crédito existentes são altamente burocratizadas com juros incombustíveis para a economia da empresa agrícola da região.

E depois: estão as autarquias a caminhar aceleradamente para uma situação difícil que pode a curto prazo ser de rotura e de quase insolvência. Alguns do nosso Agrupamento de Municípios não pagam aos empreiteiros há mais de um ano. E que não interessa, em nossa opinião, legislar aceleradamente legislação que na grande parte dos casos não se cumpre.

Tem razão o sr. Branco Teixeira. Poderia a propósito citar o exemplo concreto do não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte da «AD», autêntico esbulto às Autarquias... preferiu obviamente abordar o problema de maneira menos contundente e, digamos, um pouco «ao lado». Assim: O atrofamento das Câmaras rurais tem-se acentuado mais gravosamente mercê dos coeficientes atribuídos, como aconteceu no último ano, numa nítida e clara protecção às Câmaras dos grandes centros (...), e a proposta de lei de alteração concorrerá marcada-

mente para o estiolamento das Câmaras rurais. A atribuição de novas competências às autarquias é considerada pelo Presidente da Câmara de Chaves como uma coisa desejável mas... porém lamentamos que não sejam acompanhadas pela necessária contrapartida financeira. Quanto aos investimentos in-

termunicipais: criaram os recentes governos um tipo de obras a que chamaram «intermunicipais», obras que, decorridos dois anos desde a sua criação e analisados os trâmites processuais, fácil nos é inferir ser mais uma forma de concentração discricionária de poderes do Terreiro do Paço.

E logo a seguir: Bom seria que a Lei da Autonomia Financeira e a Lei das Competências em matéria de investimentos fossem postas em pleno funcionamento atribuindo o Governo às autarquias a maior liberdade com o máximo de responsabilidades. Equivale não se diga que as Câmaras Municipais não têm capacidades para a integral aplicação dos meios financeiros de que dispõe porque tal não corresponde à realidade.

São queixas justas e mais significativas ainda, vindas de onde vêm... Com elas se pode avaliar a justeza das posições da APU na matéria, a correcção da análise, denúncia e combate prosseguidos — inquebratavelmente pelos eleitos da Aliança Povo Unido contra o famigerado «pacote legislativo autárquico» da «AD» e as pretensões deste Governo em destruir o Poder Local democrático.

A impopularidade deste Governo já morde à luz do dia a sua própria base de apoio. Alastra, imparável, a exigência nacional da sua demissão, dissolução da Assembleia da República, formação de um Governo de gestão e marcação de eleições antecipadas.



Algumas perderam os maridos ou irmãos no fundo da mina



Ao longe a silticose, ao perto a promiscuidade entre quatro paredes

Condições sub-humanas nas Minas da Borrilha

A Beral Tin and Wolfram, Lda. é um tentáculo directo da Annercosa, o grande braço do grupo Ophelmer, o «boss» dos diamantes da Diamond, o poderoso sindicato diamantífero que domina o mercado mundial dos diamantes, cuja cabeça está na Wall Street nos Estados Unidos.

A Ancho, a Benthleim Steel, a Charter Consolidated, a Cogelex são outros dos grandes tentáculos que exploram riquezas imensas, que sugaram e ainda sugam o suor dos povos submetidos ao seu império colonial.

Até ao 25 de Abril, ou melhor: até à libertação das antigas colónias portuguesas — hoje jovens nações empenhadas na via do socialismo — o império de Ophelmer e da Annercosa, ela só a «madre» de mais de 350 empresas, detinha em Moçambique e Angola entre outros «filhotes» da África Austral, as empresas Diamang, Diamoc, Diamul, Dinaco, Diversa, Condiama, Oestidam, Urânio de Moçambique, Comin, Petróleos de Moçambique, Aquitaine de Moçambique, Corborifera de Moçambique, Moçambicana de Minas, Pesquisas e Explorações Minediras de Moçambique, Comércio de Moçambique, Metalúrgica de Moçambique, Urânio de Moçambique, Johannesburg Cons, Inv. de Angola, Soalpo, Sena Sugars, Sidul, C.º Agrícola do Milane, EMMA, Consórcio Franco-Sul-Africano, Comportel-Mometal, Comportel de Moçambique, Chã Oriental, Angol, Aram, Arpem, Fazole, Hidroeléctrica do Revue, Canvoes de Moatize, e outras, além da parte de leão do empreendimento de Cabora Bassa.

O engenheiro Faria não gosta da CT

Trabalhar nas Minas da Borrilha, sob a fécula do engenheiro Faria que a dirige é um drama intraduzível em palavras.

O 25 de Abril veio abanar as velhas formas tradicionais de exploração patronal.

Um grande número de mineiros sindicalizaram-se, a comissão de trabalhadores encabeça com firmeza uma luta que se arrasta desde há anos pela humanização do trabalho, por melhores salários, por condições de vida mais dignas.

É uma luta de todos os dias: a gerência da empresa recusa-se a reconhecer a Comissão de Trabalhadores sob pretexto dos estatutos não terem sido «legalizados»; o engenheiro Faria deu terminantes indicações de boicote da CT.

É duro o pão de cada dia

As ameaças de despedimento são o pão-nosso-de-cada-dia. Chovem por todo e por nada os processos disciplinares. Esta semana 6 foram postos em tribunal. Mas que garantias têm os mineiros da Borrilha quando uma cópia da exposição que enviaram ao ministro do Tra-

balho e que haviam endereçado ao Presidente da Assembleia da República (para informação) lhes foi por este devolvida?

Cerca de 600 trabalhadores labutam no fundo da mina em condições de insegurança que são um constante risco para as suas vidas.

Muitos lá deixaram as vidas no fundo, a silticose vai fazendo a sua obra de destruição, o exaustor existe para fazer movimentar o «tufo» e não para o extrair. Trabalhadores caem contaminados pelo ar impuro e têm de ser transportados para o exterior com a ajuda de colegas que o fazem muitas vezes a cambaleiar também.

O «tufo» (fumos resultantes de dezenas de rebentamentos de dinamite a grandes profundidades que chegam a atingir 135 metros, que não dispõem de «manga» de protecção) é sufocante e mata.

Há vários casos de silticose a 50% e enquanto os médicos prescrevem para eles a retirada imediata do trabalho de fundo, a advogada da empresa decide o contrário e é a sua decisão que prevalece. Trabalhar até cair, é o tratamento.

A inspecção do trabalho do MT colabora descaradamente com os patrões, dão-lhes força para agravar as duras condições de trabalho.

A Comissão de Higiene e Segurança composta de 21 trabalhadores e um representante da empresa vê quase sempre as suas recomendações rejeitadas.

Habitações sub-humanas

No «Bairro dos Quartos» e no «Bairro Novo» o mais absoluto desprezo da empresa pelas condições sub-humanas de alojamento das famílias mineiras.

Água é frequentemente cortada (às vezes, para que larguem as casas, chegam-lhes a cortar a luz) nos pobres casebres a humidade escorre das paredes, ne-nhuns cuidados de higiene

são prestados pela gerência da mina.

Famílias de 9, 10, 11 e até 14 filhos vivem na maior promiscuidade, encavalitadas em pequenas casas de duas ou três divisões, sem casas de banho na sua maioria. Nos cinco blocos de seis casas cada no Bairro Novo uma toreira quase sempre sem água serve seis residências.

Maria Leitão, uma das viúvas, de 46 anos ali vive com os seus seis filhos. O seu pequeno filho mongolóide, de 11 anos, vegeta na casa e no Bairro sem que nenhuma instituição lhe estenda o braço.

Esta mulher vive há quatro anos com 3 contos e tal de pensão.

Outra, a Maria Celeste, cujo marido morreu de acidente na mina, com os seus dois pequenos filhos, vivia há seis meses, vive com uma pensão de 4700 escudos.

Uma luta firme de sobrevivência

Os trabalhadores da Mina da Borrilha lutam bravamente e unidos contra as brutais condições de exploração do seu trabalho.

Os amarelos da UGT, lacaios da gerência, não são mais de 20. No dia 14 por lá andou Torres Couto a provocar os trabalhadores sob a protecção dos patrões.

Mas nada quebra a unidade dos mineiros da Borrilha. Mais de 60% fizeram a Greve Geral no dia 12; corajosos dirigentes sindicais e da Comissão de Trabalhadores erguem com firmeza, apoiados pela massa dos seus companheiros uma barreira contra a exploração patronal que conta com a protecção do Ministério do Trabalho.

Três-os-Montes, feudo de fascistas como Rapazole e outros, têm nos mineiros da Borrilha uma vanguarda lutadora.

O voifrámio que faz encher os cofres da Beral, Tin and Wolfram, e da Annercosa cimenta também as consciências dos que duramente o extraem da terra.

Trabalhadores

Serviços na 1.ª linha da CGTP-IN

Apoio decidido ao Movimento Sindical Unitário no 1.º Congresso dos TFP



«O número de trabalhadores da Função Pública, fornecido pelo próprio Ministério da Reforma administrativa, é de 383 308, estando 302 604 na Administração Central e os restantes na Administração Regional e Local. Este número representa um crescimento da Administração Pública de 90 por cento nos últimos 10 anos, sendo que só de 1977 a 1980 a subida foi de 27,7 por cento. O peso do emprego na Função Pública corresponde a 10,5 por cento do emprego total» no nosso País.

Estes dados incluídos no Programa de acção aprovado no 1.º congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública têm servido ao Governo «AD» para algumas ameaças legislativas e outras manobras manipuladoras da opinião pública no sentido de «reestruturar» a seu modo um dos sectores mais importantes da vida económica e social do País.

Bom é que se saiba, em primeiro lugar, que se há «excedentes» também há processos e propostas dos trabalhadores para resolver essas situações sem risco para os postos de trabalho.

Em segundo lugar, aquele total, com todas as reservas que possa merecer, aponta para uma das necessidades mais apoiadas no Congresso: organizar melhor e mais eficazmente os trabalhadores da Função Pública nas suas associações sindicais representativas em todo o País.

Numa situação de luta como a que caracteriza hoje o sector, alguns promotores conhecidos do divisionismo sindical, designadamente os instalados na direcção da UGT, pretendem, chamar a si «os serviços», põem inclusivamente na boca de outros essa designação para aparecerem com alguma credibilidade como «a central de serviços», ou «dos serviços», como se a agremiação amarela tivesse pelo menos um peso maioritário no conjunto do sector. A verdade é que nem disso se aproxima. Se para mais não servisse, este 1.º Congresso dos TFP provou mais uma vez e publicamente que a alegada representatividade dos divisionistas no conjunto dos trabalhadores não operários (porque quanto a estes a fantasia ugeista ainda é maior) representa quando muito um espantalho partidário e não uma realidade sindical.

Mais de 900 delegados

Mais de 900 delegados inscritos, exactamente 906, representaram 120 000 trabalhadores da Administração Central no 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública.

Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública.

As três associações sindicais (Norte, Centro, Sul e Açores) que anteriormente ao Congresso se uniram a Federação vieram juntar-se mais dois Sindicatos, o da Madeira e dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas da Europa, que elegeu 3 delegados ao Congresso. Os outros representavam: 216 o Norte; 135 o Centro; 508 Sul e Açores (24 da Região Autónoma); 24 a Madeira; 20 o secretariado da Federação e a comissão organizadora do Congresso.

O alcance desta iniciativa, da sua preparação e dos seus trabalhos só têm pontos de contacto e de comparação com idênticas assembleias de outros grandes sectores de actividade do Movimento Sindical Unitário. Foi de resto como membro efectivo desse Movimento que a Federação se apresentou.

Participação na unidade

O 1.º Congresso, que além da eleição dos corpos gerentes da Federação e da votação de importantes documentos, aprovou uma resolução político-sindical, um caderno reivindicativo imediato, o Programa de Acção e os estatutos, deu grande atenção às reivindicações actuais, designadamente ao problema dos salários, e à luta conjunta no quadro da luta de massas e da CGTP-IN.

Dirigentes da Central unitária assistiram ao congresso, sendo lida uma saudação. No programa de acção, sob o título «a Federação e o Movimento Sindical/Participação no Movimento Sindical Unitário», que contém as metas de mais largo prazo e os projectos de luta em unidade com os restantes trabalhadores, sublinha-se a dado passo que o êxito da luta dos TFP condicional e é condicionado pelos sucessos da luta geral.

Referindo ainda essa luta que o programa de acção especifica:

- A adesão à CGTP-IN dos Sindicatos da Zona Sul e Açores e da Zona Centro, concretizada em 2 assembleias gerais das mais participadas da sua história;
- A participação efectiva e regular do Sindicato da Zona Norte nas diversas estruturas do Movimento Sindical e, em particular, na União dos Sindicatos do Porto;
- A eleição de dirigentes para o secretariado da Central e para Inúmeras Uniãoes Distritais e Locais;
- A participação nos órgãos deliberativos da Central e do conselho geral de que a Federação é membro;
- A participação cada vez maior e mais empenhada dos TFP nas grandes acções de massas empreendidas pelo Movimento Sindical.

Essa linha de actuação confirmada no 1.º Congresso, a que assistiram várias delegações estrangeiras, rejeita, no plano geral e no plano do sector a «

acção oportunista de organizações que, constituídas à margem e sem o mínimo de apoio dos trabalhadores», procuram apresentar-se como representativas e cuja prática tem sido a de enfraquecimento da luta dos trabalhadores, pretendendo desviar-las dos seus objectivos fundamentais, numa atitude de clara divisão».

Reafirmando a sua total disponibilidade para manter e alargar a cooperação com todas as organizações sindicais verdadeiramente representativas e que tenham por objectivo defender os interesses e direitos dos tra-

balhadores e o regime democrático inscrito na Constituição», a Federação dos TFP sublinha os objectivos centrais da sua participação na unidade promovendo nomeadamente «a ligação da luta dos trabalhadores do sector à dos outros trabalhadores portugueses», como refere o programa de acção.

Eleito o secretariado

Sábado, a meio da tarde, na última sessão de trabalhos, foi eleito, com uma participação de 90 por cento dos 704 votantes, o

secretariado da Federação. Composto por 11 membros electivos e 5 suplentes, o executivo proposto pelo secretariado anterior, única candidatura apresentada, ficou assim constituído: Efectivos: António Luís da Costa Lamas de Oliveira, dirigente do sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores; Carlos António Gomes Mamede, dirigente do mesmo Sindicato e membro do secretariado anterior; Carlos Manuel Pereira Silvério, membro do secretariado anterior; Carmelita Marcelina Marques Jorge da Cunha, dirigente do Sindicato

da Zona Sul e Açores; Jorge Manuel Monteiro Veludo, membro da comissão executiva do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas da Europa; José Manuel da Mota Dias, dirigente do Sindicato da Zona Centro; José Roque Pimenta Macedo, dirigente do Sindicato da Madeira; Manuel Augusto de Campos Antunes, dirigente do Sindicato da Zona Norte e membro do secretariado anterior; Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes, dirigente do Sindicato da Zona Sul e Açores; e José Manuel da Graça Dias, dirigente do Sindicato da Zona Sul e Açores.

Sindicato da Zona Centro; Rosa Maria Simões da Silva Sousa Marques, dirigente do Sindicato da Zona Sul e Açores e membro do secretariado anterior.

Suplentes: Armando Nelson Teixeira da Luz, dirigente do Sindicato da Zona Norte; Artur Augusto Sá da Costa, dirigente do Sindicato da Zona Norte; Artur Joaquim Ledesma, dirigente do Sindicato da Zona Centro; Carlos Alberto da Costa Abreu, dirigente do Sindicato da Zona Sul e Açores; e José Manuel da Graça Dias, dirigente do Sindicato da Zona Sul e Açores.

Aumentar e ligar os associados «Reforçar a capacidade de luta»

A organização sindical deve ser sempre entendida pelos trabalhadores e pelo movimento sindical como um meio e não como um objectivo — um meio de reforçar a capacidade de luta dos trabalhadores e de melhorar a acção das suas organizações sindicais. Importa também notar que a organização sindical, por ser um meio, não tem soluções acabadas e definitivas, devendo pelo contrário adoptar as soluções que permitam dar resposta aos problemas que em cada momento os Sindicatos têm de enfrentar. Os problemas e as dificuldades dos Sindicatos da Função Pública no campo da organização sindical não diferem dos que afectam os Sindicatos do Movimento Sindical.

Ao formular estas considerações o Programa de Acção aprovado no 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública introduz um dos temas mais importantes dos trabalhos na perspectiva da actividade futura de toda a organização, principalmente no que respeita ao aumento do número de associados.

Neste campo, o Programa de Acção aprovado com 1 voto contra e 36 abstenções, num total de 906 delegados inscritos, refere nomeadamente que «o desenvolvimento das lutas reivindicativas de carácter geral e sectorial está na base do crescimento dos Sindicatos (da FP) designadamente a partir de 1979 com a integração de novos sectores, como sejam

os da Previdência e dos Serviços Médico-Sociais».

Mas, acrescenta o Programa, por falta ou deficiente organização sindical em alguns locais de trabalho, ainda há um número apreciável de trabalhadores não sindicalizados.

Chamando particularmente a atenção para os grandes serviços, pois é aí que está colocada a «esmagadora maioria dos trabalhadores da Função Pública», o Programa de Acção concretiza em três alíneas os principais objectivos da campanha de sindicalização, a saber:

a) A definição dos sectores prioritários onde há mais baixa sindicalização, dando especial importância aos grandes serviços com maior concentração de trabalhadores;

b) O desenvolvimento de acções de sindicalização nesses sectores, dando prioridade aos trabalhadores já inscritos nos Sindicatos e que por deficiência de organização, deles se encontram desligados;

c) O controlo periódico do evoluir da sindicalização por sector e em cada serviço.

Com o problema da sindicalização e do seu crescimento liga-se directamente a questão das quotas.

De acordo com a orientação do Movimento Sindical Unitário, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Norte já uniformizou as quotas em 1 por cento.

O Programa de Acção prevê implicitamente o alargamento dessa uniformização.

Ainda relacionado com esse problema, a Federação propõe-se:

- Melhorar o controlo do sistema de quotas, recorrendo sempre que possível a sistemas mecanográficos;

- Incentivar o desconto automático nos serviços onde tal seja possível e adoptar outros sistemas de recebimento de quotas (cobrador do Sindicato, através dos dirigentes, etc.) no caso de não haver delegado sindical;

- Desenvolver com empenho os contactos com os organismos governamentais no sentido de estender o desconto automático a todos os Serviços da Administração Pública.

Sumário das lutas

Nos últimos dias desencadearam-se, desenvolveram-se, foram anunciadas, suspensas, ou estão previstas várias formas de luta, designadamente nos locais de trabalho indicados a seguir:

Setenave — semana de luta contra salários em atraso na maior empresa do concelho de Setúbal e uma das maiores do País (cerca de 6500 trabalhadores);

Standard Eléctrica/ITT — protesto da CT contra discriminação salarial;

Refinarias de Açúcar Reunidas - RAR — paralisações pelo ACTV da indústria açucareira/Solidariedade nas empresas Soares e Sidul;

EPAC — Empresa Pública de Armazenamento de Cereais — paralisação prevista no âmbito da luta pelo acordo de empresa;

Firestone — após mais de uma dezena de dias em greve, previstas novas formas de luta por regalias sociais;

Limpabem — (na Renault/Cacia) — greve pela reintegração de duas trabalhadoras despedidas;

Egrauto — entrega de pré-aviso de greve por reenquadramento profissional e aumentos salariais;

Fábrica de Louças de Sacavém — protesto e acções da União dos Sindicatos de Lisboa contra os despedimentos sem base jurídica de 3 dirigentes sindicais e contra o clima de repressão patronal instalado na empresa com cerca de 1100 postos de trabalho/Os trabalhadores da FLS «saberão fazer prevalecer a legalidade democrática e assegurar o direito ao trabalho», afirma nomeadamente a USL apelando à consciência de classe e à experiência de luta dos trabalhadores da Fábrica de Louças de Sacavém;

CP — paralisação na quase totalidade pela greve dos maquinistas decretada por sindicato paralelo/Incapacidade do Governo para resolver um conflito com facetas obscuras relacionadas com partidos e personalidades da «AD»/Prejuízo evidente e volumoso para a economia do País;

Central — Automática Eléctrica Portuguesa — paga com atraso salários de Fevereiro;

Pereira & Brito (empresa química da Amadora) — esgota-se o prazo transmitido pelos trabalhadores à administração para que esta se disponha a negociar um caderno reivindicativo;

Hotel Baía — termina uma série de greves de 2 horas diárias em defesa da gestão dos trabalhadores;

Heliaco — greve em defesa de regalias conquistadas;

Tudor — paralisações por aumentos de 22 por cento;

Prosseguiram também movimentações, protestos e acções diversas em vários sectores. Designadamente: **Função Pública** — no seguimento das decisões do I Congresso podem vir a ser adoptadas formas de luta até ao fim do mês; **Professores** — semana de esclarecimento e mobilização junto da opinião pública; **Marinha Mercante** — marcados mais dois dias de greve por reivindicações salariais; **Fiscalização Económica** — anunciada uma paralisação contra a atitude do ministro da Agricultura, Comércio e Pescas que recusa o diálogo sobre projecto de decreto regulamentar com a Federação da Função Pública; **Alfândegas de Lisboa e Porto** — prevista greve de zelo, se o Governo não aprovar a reestruturação do sector; **RDP** — solidariedade dentro e fora da empresa contra a tentativa de despedimento de Rui Dias José.

Entretanto têm vindo a ser divulgadas as condições em que a Marcha decorrerá e como se pode participar nessa iniciativa de Movimento Sindical. Continua em distribuição um folheto intitulado «Guia do Participante» donde constam os objectivos da Marcha, o calendário e os percursos, as formas de inscrição, a organização e serviços de apoio. As normas principais da Marcha já foram divulgadas pelo «Avante!».

As comissões e subcomissões dinamizadoras que actuem por zonas e distritos continuam a utilizar as formas ao seu alcance para a divulgação da iniciativa. Organiza-la é fazer com que apareça desde já. Assim surgem em vários distritos ideias já aprovadas para a dinamização, como se já no Norte a realização de vários comícios-festa a anteceder a Marcha.

No final da semana passada estavam já marcados comícios-festa a realizar em Chaves (dia 26), Vila Real (27), Braga (20), Guimarães (21), e Porto (27), no Pavilhão do Académico às 21.30.

Marçadas também para Braga e Miranda da Beira sessões públicas a realizar em 25 do corrente.

Anunciado para o princípio desta semana deve decorrer em Vila Real um torneio de futebol de salão.

Ainda no que respeita à Zona Norte e mais exactamente ao Porto, onde se concentram os participantes vindos dos concelhos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança, previa-se esta semana a realização de vários plenários sectoriais de desempregados, designadamente nos sectores metalúrgico, indústrias eléctricas, têxteis, vestuário, comércio, químicos e cerâmicos.

Nacionalizados há 7 anos Bancos e Seguros afastados dos objectivos nacionais

Vários iniciativas assinalaram, especialmente em Lisboa e no Porto, o sétimo aniversário da nacionalização da Banca e dos Seguros em Portugal. Como nos anos anteriores a iniciativa partiu dos trabalhadores organizados de ambos os sectores com relevo para as estruturas representativas nas próprias empresas e para as coordenadoras nacionais. O sentido geral das comemorações, que incluíram um jantar de convívio no Mercado do Povo em Lisboa com a presença de várias personalidades, designadamente o presidente da República e o primeiro-ministro da época em que ocorreram as nacionalizações, foi marcado pela necessidade de defender os objectivos dessa conquista de Abril, para o que é necessário afastar o Governo «AD» e pôr um Governo democrático à frente dos destinos do País.

Depois da ofensiva de 1976, caracterizada pela recuperação capitalista e pela contra-revolução legislativa, nunca mais pararam os ataques das forças retrógradas à reestruturação dos sectores económicos e financeiros nacionalizados que os trabalhadores, as organizações unitárias e outras forças democráticas tentaram concretizar no prosseguimento

dos objectivos nacionais e do interesse indefectível da economia do País.

Com o apoio largamente maioritário dos trabalhadores da Banca e dos Seguros essas iniciativas não se perderam.

Contra a vontade manifestada pela geração «AD», principalmente durante a campanha eleitoral de Soares Carneiro, o essencial das

nacionalizações mantêm-se. Mas, apesar dos esforços democráticos e patrióticos da maioria dos trabalhadores e das suas organizações, os perigos têm-se acumulado e ultimamente, como veio a público por mais de uma vez, as tentativas de reconstituição dos grandes grupos do capital financeiro que dominavam a economia nacional antes do 25 de Abril ganharam contornos muito concretos e precisos sobretudo no que diz respeito ao grupo Espírito Santo e aos interesses ligados ao Banco Português do Atlântico.

Os agentes do grande capital privado estão à frente da própria banca nacionalizada. A política «AD» colocou nos lugares-chave das nacionalizações homens da sua absoluta confiança e bem assim tem promovido esses agentes onde quer que se encontrem com o objectivo de ir pondo em prática soluções por vezes, e até com muita frequência, anti-

constitucionais, ou mesmo ilegais à luz da chamada lei de regulamentação de sectores postos de lado em favor das condutas apropriadas à instauração de situações de facto, susceptíveis de abrir caminho à revisão prática da Constituição antes mesmo que ela se faça no local próprio, a Assembleia da República, nos moldes constitucionais em vigor.

Assim, acontece que os primeiros e principais defensores da banca nacionalizada e acérrimos defensores da banca privada são os que ocupam os lugares mais adequados à destruição das nacionalizações na banca e nos seguros, muito concretamente.

Assim é que as campanhas contra as nacionalizações e a favor do capital privado são conduzidas com o rigor próprio de quem tem nas mãos as possibilidades de alterar as condições concretas da atribuição do cré-

ditado, do encaminhamento das remessas dos emigrantes, da actuação das filiais no estrangeiro da banca nacional. É isso, são esses factos que pretensamente não querem ver os dirigentes sindicais divisionistas na banca e nos seguros, alheando-se e procurando actuar de maneira que a maioria dos associados se alieem de quem governa e como governa, embora os órgãos máximos das respectivas associações sindicais tenham votado por várias vezes a favor das nacionalizações, da sua defesa e consolidação.

Na época dos pacotes legislativos do Governo, da imposição de salários na Função Pública com a sonegação de direitos reconhecidos internacionalmente pelo próprio Governo português, não é de esperar que este Governo obedea às próprias leis por que se rega.

Nesta situação caberia às direcções sindicais da banca e dos seguros uma atenção redobrada perante as manobras dos conselhos de gerência ou de gestão, inclusivamente que essas direcções dêem conta das decisões aprovadas em congresso e repetidamente reafirmadas em conselhos gerais dos

respectivos sindicatos. Mas as direcções divisionistas parecem cada vez mais afastadas do ponto de encontro das coordenadas de defesa dos interesses concretos da massa trabalhadora, que representam, aliás cada vez pior.

Por isso é que as comemorações do sétimo aniversário das nacionalizações da banca e dos seguros decorreram sob o signo que presidiu à greve geral de 12 de Fevereiro e a todas as acções de massas desenvolvidas anteriormente e a partir dessa data contra o Governo «AD».

Não é exorbitar da defesa dos interesses dos trabalhadores que coincidem com os interesses do País defender a banca nacionalizada e os seguros nacionalizados, pois é sobre esses sectores públicos que o grande capital privado exerce maior pressão, sabendo como todos sabem que aí reside uma das principais fontes de poder instalado, ou seja o grande capital financeiro que os grupos privados querem retirar da alçada do Estado para dele se servirem com arma contra o regime democrático instaurado no nosso país.

De salientar ainda são as mocções de apoio. Ultimamente foram aprovadas e distribuídas as do Plenário dos Trabalhadores da Parry & Son, grande empresa das construções navais dos arredores de Lisboa, e do 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública realizado em 12 e 13 do corrente.

Com boa adesão, prossegue a preparação da Marcha contra o Desemprego

Prossegue em vários pontos do País a preparação da Marcha contra o Desemprego. Comissões criadas para o efeito têm dinamizado as iniciativas destinadas a debater os problemas do desemprego e a apelar à participação. Incluídas nas iniciativas de massas posteriores à greve geral de 12 de Fevereiro, a Marcha decorrerá, como se sabe, em dois percursos, um vindo do Porto, outro de Évora, e terá início em 28 do corrente. A concentração prevista para o dia 3 seguir-se-á um desfile entre o Marques de Pombal e o Rossio em Lisboa.

Entretanto têm vindo a ser divulgadas as condições em que a Marcha decorrerá e como se pode participar nessa iniciativa de Movimento Sindical. Continua em distribuição um folheto intitulado «Guia do Participante» donde constam os objectivos da Marcha, o calendário e os percursos, as formas de inscrição, a organização e serviços de apoio. As normas principais da Marcha já foram divulgadas pelo «Avante!».

As comissões e subcomissões dinamizadoras que actuem por zonas e distritos continuam a utilizar as formas ao seu alcance

quanto que outras se dirijam às associações do movimento popular, solicitando a adesão e o apoio, como aconteceu já com a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

No âmbito da mobilização no Norte são de salientar ainda as adesões de cerca de 35 sindicatos e 15 comissões de trabalhadores.

Para hoje, dia 18, está marcada no Porto uma reunião regional de desempregados.

Para o dia 23, está prevista uma outra reunião com participantes na Marcha.

Entretanto continuavam a decorrer no Porto reuniões de desempregados promovidas pelos Sindicatos dos Metalúrgicos, calçado, vestuário, comércio, têxteis, gráficos, bebidas.

Em Leiria, a comissão dinamizadora distrital fez sair uma folha com dados sobre o desemprego em vários países e com um apelo à participação na Marcha.

Em Setúbal, a União dos Sindicatos distribuía um comunicado analisando as boas perspectivas para a continuação das formas de luta incluindo a Marcha. Os Sindicatos do distrito de-

cidaram «concretizar um vasto plano de trabalho» com vista a sensibilizar a opinião pública para o problema do desemprego.

«Verifica-se desde já — afirma a União — um amplo movimento de adesões, particularmente de organizações estudantis e de trabalhadores-estudantes sendo de realçar (o comunicado data do dia 12) as da Associação dos Trabalhadores-Estudantes da Escola Alfredo da Silva do Barreiro, Associação de Estudantes da Escola Secundária do Sines, Associação de Estudantes da Escola Secundária do Seixal, Associação de Estudantes da Escola Secundária da Baixa da Banheira, grupo de alunos da Escola Secundária da Amora, Associação de Estudantes da Escola Secundária Alfredo da Silva, dos grupos «Quorum» da Escola Anselmo de Andrade, o «Grupo» da Escola Secundária de Almada, do Grupo «Porta Aberta» da Mota e «A Gota» da Escola Alfredo da Silva.

No distrito de Santarém, a Marcha, que se inicia em 31 do corrente com a concentração dos participantes em Benavente, prossegue também a pre-

paração da Marcha. Segundo a União dos Sindicatos, prevêem-se algumas concentrações no percurso para Lisboa, nomeadamente junto de empresas onde há trabalhadores em luta.

No dia 31 haverá à noite em Benavente um espectáculo cultural organizado pelo União de Santarém.

Em Faro, a comissão dinamizadora distrital, reunida recentemente, anunciou reuniões no Barlavento e Sotavento algarvias para a preparação da Marcha. Segundo a União dos Sindicatos, as organizações intermédias, designadamente as Federações, «estão a levar a cabo uma grande dinamização, notando-se um efectivo entusiasmo, na continuidade aliás das grandes acções de massas contra o Governo «AD».

De salientar ainda são as mocções de apoio. Ultimamente foram aprovadas e distribuídas as do Plenário dos Trabalhadores da Parry & Son, grande empresa das construções navais dos arredores de Lisboa, e do 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública realizado em 12 e 13 do corrente.



ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Madeira Analisar o presente preparar o futuro

Revelando um reforço da Organização, realiza-se nos próximos dias 27 e 28, no Funchal, a Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma da Madeira...



naquela Região Autónoma as camaradas receberam o último a presidente eleito, que se traduziu em 1980, pela eleição, pela primeira vez, de um deputado comunista à Assembleia Regional, bem como a

A propósito de fundos...

A intensa actividade que o Partido desenvolve de Norte a Sul do País é possível devido ao espírito de iniciativa, ao esforço, à capacidade, à intervenção, ao entusiasmo de milhares de militantes comunistas.

PCP Distrito do Porto

A luta democrática a dinamização da APU e o reforço do PCP

- três frentes de acção para os militantes comunistas

A situação política, o Poder Local e o reforço da APU com vista às eleições que se aproximam, o reforço do PCP - três temas da maior importância que a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP analisa nos documentos conclusivos aprovados na sua segunda reunião plenária de 1982...

A luta não pára!

(...) Bater sucessivamente o facto salarial, conquistar novos contratos colectivos, manter vivo o protesto contra o pacote laboral, desenvolver a luta contra a repressão e os despedimentos...

autarquias. A constituição de listas de candidatos da APU em todas as freguesias e municípios do distrito; o esforço permanente para que as listas e as Comissões da APU integrem todos os interessados em trabalhar pelo bem das populações...

Reforçar a unidade dos trabalhadores e a unidade dos democratas, designadamente socialistas e comunistas, fortalecer a aliança da classe operária com o camponês e outras classes e camadas antimonopolistas...

«A DORP do PCP considera que tem diminuído crescentemente a base de apoio social, política e eleitoral da «AD». Por outro lado, a política conciliadora com a «AD» e a actuação frouxa e desmotivada, de eleitos autárquicos afectos ao PS/Mário Soares, contrasta vivamente com a acção comum e empenhada dum número crescente de democratas...

«A DORP do PCP sublinha o particular significado que a actual situação assume nas comemorações do 6.º aniversário da Constituição (24) e do 8.º aniversário do 25 de Abril, para a defesa do regime democrático e das suas conquistas e para a defesa duma política económica, social e cultural que continue e aprofunde o Portugal de Abril.

«O alargamento da Aliança Povo Unido, designadamente com socialistas e outros democratas, em todos os concelhos e freguesias do distrito, não só é possível como corresponde à compreensão crescente que é na APU que é possível concretizar a unidade para resolver os problemas das populações, que é a APU que garante uma política de princípios e que assegura na prática a liberdade de opinião e acção e o respeito pela diversidade de concepções ideológicas.

Reforçar a APU

(...) A DORP do PCP considerou duma grande importância os passos dados com vista à preparação das eleições para as

1250 novos militantes até ao fim de Junho «A DORP procedeu à análise do XII.º Balanço Geral de Organização, realizado em fins de

Factos e números que testemunham um elevado espírito combativo

(...) A greve geral de 12 de Fevereiro foi, no distrito do Porto como no País, uma magnífica expressão da consciência, da unidade e da combatividade dos trabalhadores.

Mais de 260 000 (70%) dos trabalhadores do distrito do Porto fizeram greve. So a preparação, decisão e envolvimento dos trabalhadores constituiu por si uma poderosa e ampla manifestação de massas;

realizaram-se mais de 750 plenários de empresa envolvendo aproximadamente 90 000 trabalhadores;

publicaram pré-aviso e estiveram na greve 46 organizações sindicais com sede ou delegação no distrito;

A adesão à greve geral foi em quase todos os sectores superior às últimas greves em torno do contrato colectivo respectivo.

Na Metalurgia a adesão foi de 80%, nas Minas 90%, nas Indústrias Eléctricas 60%, na Construção Civil 80%, nas Madeiras 60%, na Têxtil 70%, no Vestuário 70%, nas Bebidas 55%, nas Conservas 93%, na Alimentação - Hidratos de Carbono 95%, nas Cerâmicas 70%, no Calçado 70% e nos Químicos e Farmacêuticos 60%.

Mesmo em alguns sectores não abrangidos por pré-aviso de greve houve significativa participação (ensino, hospitais).

O patronato, os divisionistas da UGT e o Governo «AD», com a prestimosa ajuda de Mário Soares, tudo fizeram para travar a participação massiva dos trabalhadores à greve geral. São inúmeras as acções intimidatórias e repressivas assim como os dispositivos anti-greve montados pelo Governo, patronato e UGT.

Lado a lado com a classe operária e os trabalhadores, outros sectores e camadas da população exprimiram a sua oposição ao Governo e à política da «AD».

Os pequenos e médios agricultores protestaram exigindo uma política diferente. Num Encontro Distrital, em reuniões, desfilando com tractores, os agricultores aprovam e lutam pelas suas reivindicações - apoio financeiro, pagamento dos subsídios, anulação dos aumentos dos factores de produção, preços compensadores para os produtos agrícolas.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais promoveram acções manifestando apreensão pela redução do poder de compra das populações, reclamando maiores facilidades na concessão de crédito, solidarizando-se com a luta do povo e protestando contra a situação.

Os intelectuais e quadros técnicos de áreas de enorme importância e significado social - saúde, ensino, comunicação social, cultura e economia -

Santarém prepara Festa da Primavera

À semelhança de anos anteriores, a cidade de Santarém voltará a ser palco duma grande realização artística, cultural, desportiva e recreativa: a Festa da Primavera, que se realiza nos próximos dias 2, 3 e 4 de Abril no recinto da Feira Nacional da Agricultura.

Como ainda recentemente salientava a DORSA (Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP), «na alegria, no convívio, enfim na festa, estará igualmente presente a luta».

Paralelamente, a festa será ainda um documento vivo do que foi e é a luta e a vida dos trabalhadores e da sua vanguarda, o PCP, ao longo dos anos no distrito de Santarém.

Por outro lado, o entusiasmo que preside à preparação da Festa da Primavera transcende já os limites do distrito. Em todos os pontos do País, do Minho ao Algarve, amigos e camaradas organizam a sua participação na Festa.

Jornada de trabalho O esforço, o entusiasmo e a dedicação de muitos camaradas



Encontro de quadros do Comité Local de Lisboa

Realizou-se no passado sábado dia 13 de Março o Encontro de Quadros do Comité Local de Lisboa a que estiveram presentes o camarada Octávio Pato membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, e o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Cerca de 700 participantes que se reuniram durante todo o dia na Voz do Operário, fizeram o balanço do trabalho realizado durante o ano de 1981 e perspectivaram a actuação do Partido para 1982, tendo em conta fundamentalmente o reforço do trabalho partidário nas células de empresa, freguesias e o trabalho autárquico.

Apesar das inúmeras tarefas que se colocam diariamente ao Comité Local de Lisboa, foi possível a realização de três encontros preparatórios, onde os organis-

mos de direcção de zona, de sector e de freguesia discutiram as três questões centrais do Encontro, o que constituiu um contributo importantíssimo para a mobilização, debate e conclusões finais.

Todo este trabalho reflecte o empenhamento de um grande colectivo profundamente ligado aos problemas da classe operária, dos trabalhadores e da população em geral.

As conclusões saídas deste Encontro serão de importância vital para o desenvolvimento e fortalecimento do trabalho no Comité Local de Lisboa, na certeza de que elas não esgotarão a discussão, mas antes, serão um pequeno guia de trabalho que necessariamente será ainda bastante aprofundado pelas organizações do Partido na cidade de Lisboa.

As intervenções foram muito vivas, fruto de uma dis-

cussão aturada em cada sector de trabalho. O camarada José Casanova apresentou as conclusões do Encontro e pôs em relevo na sua intervenção as próximas eleições autárquicas que se vão realizar numa situação de intensa luta de classes e ainda de acentuada desagregação da «AD». Afirmou ainda que a «APU é de facto a alternativa à «AD», após ter denunciado a gestão desastrosa e o total desprezo da «AD» pela população.

O camarada Octávio Pato encorrou o Encontro, e na sua intervenção debruçou-se sobre a situação económica do País, considerando que a mesma caminha para o «desastre em consequência da política de incapazes, inaptos e corruptos governantes da AD».

O camarada Octávio Pato sublinhou ser uma «tarefa fulcral empurrar a «AD» para fora do Governo».

Actividades do distrito no último fim-de-semana (alguns exemplos apenas)

No passado fim-de-semana realizaram-se várias sessões de esclarecimento do Partido no Alentejo. Em Borba e em Vila Viçosa, participou o camarada Aurélio Santos, do CC e os deputados à AR pelo distrito de Évora, António Vidigal e Custódio Gíngão. Em Borba, participaram mais de 200 pessoas e em Vila Viçosa cerca de 400.

Nestas sessões o problema da situação política e da alternativa a este Governo, os recentes projectos sob a defesa da Maternidade, planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez e a acção das autarquias foram os problemas mais discutidos. António Vidigal participou ainda

numa sessão em Santarém (Rio de Moinhos (Borba) e 70 realizaram-se sessões em Alandroal, com 70 presentes; em Horta, com 120 e em Pias (Alandroal) com 80 pessoas e onde participaram também os deputados do PCP do Distrito de Évora.

Na região do Algarve realizou-se na Quarteira o 1.º Encontro do PCP foi com o camarada Octávio Pato, para quem foram 50 pessoas e em que se discutiram os problemas locais.

A realização contou com uma projecção de encerrou com uma intervenção

Sintra e Queluz

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP realiza no próximo sábado, às 21 horas, no Clube de Massamá, uma sessão de esclarecimento sobre a actual situação política. Participa nesta sessão o camarada Dias Lourenço membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

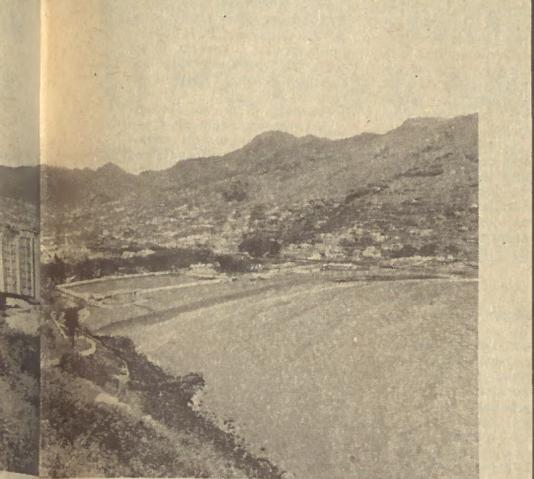
Ainda no concelho de Sintra, a Comissão de Freguesias de Maria promove na «Tuna Operária de Sintra», no dia 3 de Abril, uma sessão na qual participa António Abreu, membro do Comité Central do PCP.

Quem empresta um visionador?

O núcleo de Pioneiros da Brandoa tem filmado algumas das suas actividades em «super 8» têm agora um filme de duração de uma hora e debatem-se com um aborrecido filme que é sonorizar o filme, mas não têm um visionador. Será que algum amigo poderá emprestar aos pioneiros da Brandoa por um período de 8 a 15 dias a tal «máquina»? Tanto eles precisam?

As respostas devem ser enviadas para: Henrique Pato, Rua Principal Lote 53 B r/c Dt.º 2700 Brandoa.

Preparar o futuro



Autónoma...
cordam...
te influir...
traduzido...
o, pelo...
deput...
sembleia...
mo a o...

cento influência junto das
massas trabalhadoras.
Os trabalhos da I Assembleia
da Organização do
PCP da Região Autónoma
da Madeira constituirão pois
um valioso contributo para o
trabalho futuro, que neces-

Concelhia de Tomar: definidas importantes medidas

Realizou-se durante a tarde do passado dia 13, no salão dos Bombeiros, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Tomar do PCP.

Foi feito o balanço do trabalho realizado pelo Partido no concelho, apresentado um plano de acção (objectivos da actividade do PCP) e eleita a nova Comis-

são Concelhia, que passa a ser constituída por 22 elementos.

No plano de objectivos para o trabalho do Partido no concelho de Tomar, são definidas importantes tarefas para os seguintes sectores e frentes de actividade: contacto com militantes desligados; Comissão Concelhia; Unidades de Empresa; Comissões de Freguesia; Comissões

Locais; Comissões de Bairro e Zona; outros sectores da cidade, autarquias, frente sindical, camponeses, colectividades, juventude, Pioneiros, fundos, propagação, recrutamento, Centros de Trabalho e Imprensa do Partido.

Na parte final da Assembleia usou da palavra o camarada Blaquí Teixeira, membro da

Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Referiu-se a alguns aspectos da organização do Partido e abordou a actual situação política.

Seguiu-se Canto Livre, com o Grupo "Jornada".

A noite no Centro de Trabalho realizou-se um animado jantar-convívio.

Jornalistas de Lisboa

A luta contra o controlo pela "AD" dos órgãos de comunicação social estatizados e o desenvolvimento de acções de protesto unitárias que imponham recuos à "AD", foram, entre outras, direcções de trabalho aprovadas no decorrer dos trabalhos da IV Assembleia de Jornalistas Comunistas de Lisboa, realizada sábado passado no Centro de Trabalho de Alfama.

Para além de ter eleito o novo Organismo de direcção e discutido o balanço da actividade, a Assembleia ressaltou vários aspectos que poderiam melhorar o texto constitucional, no que respeita à consagração do sector público da comunicação social escrita, o reconhecimento do direito a ser informado, a constituição dos direitos profissionais dos jornalistas, dos poderes dos Conselhos de Redacção, do Conselho de Imprensa e outros. Verificando-se que a

AD é contrária à consagração constitucional destas reivindicações da classe, a Assembleia decidiu que, pelo menos, deviam ser evitadas alterações no texto constitucional.

Os jornalistas comunistas decidiram ainda reforçar a unidade dos jornalistas, especialmente em torno da queda da AD e de uma alternativa democrática, na defesa da liberdade de expressão e dos direitos dos jornalistas, nas lutas pelas reivindicações sócio-profissionais, na defesa do sector estatizado.

A Assembleia apreciou a actividade sindical tendo constatado importantes vitórias como foram a ACT da RCT, a assinatura do APT da RCT e a recuperação das regalias da Previdência, assim como a unidade revelada quando da greve geral do passado dia 12 em torno da exigência da queda do governo. Foram assim discutidas algumas

iniciativas já anunciadas pelo Sindicato dos Jornalistas, no sentido de que elas possa contribuir para o reforço do Sindicato e da unidade.

A Assembleia debruçou-se ainda sobre questões organizativas e de fundos, tomando uma série de resoluções sobre o funcionamento da organização e do Organismo de Direcção elei-

to, tendo decidido metas para a campanha de novas inscrições no Partido, decidida na última reunião do Comité Central, e aprovado o Orçamento para 1982 e o aumento da quotização.

No final dos trabalhos, usou da palavra o camarada Abaim Inglês, membro da DORL e do CC do PCP.

Castelo Branco

É já no próximo sábado, dia 20, que se realiza a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Castelo Branco.

O fortalecimento da democracia interna do Partido, o balanço do trabalho realizado pelos militantes comunistas, as perspectivas de acção no futuro (metas e objectivos a atingir), a dinamização da vida do Partido e a eleição da nova Comissão Concelhia constam-se entre os objectivos centrais da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão no ginásio da Escola do Magistério, na cidade de Castelo Branco, a partir das 14 e 30, com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC

Concelhia de Silves

No próximo domingo, dia 21, no salão da «Filarmonia Silvesense», vai realizar-se a II Assembleia da Organização Concelhia do PCP.

No âmbito da actividade preparatória, foram realizadas para eleger os delegados à assembleia e discutir os problemas que se colocam ao funcionamento da organização do Partido. As reuniões têm ainda discutido a situação económica e social que se vive no concelho, bem como as propostas dos comunistas para resolver os inúmeros problemas das populações.

Na assembleia estará presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, que encerrará os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política actual.

No final haverá canto livre pelo grupo «Rumo Novo».

Açores Reunião plenária da DORAA

Realiza-se no próximo fim-de-semana (dias 20 e 21), na Horta, uma reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP. Nesta sua reunião a DORAA irá debruçar-se sobre a situação económica, social e política actual do País e da Região, irá tomar algumas decisões sobre a actividade do Partido no arquipélago e analisar diversos aspectos da preparação para as eleições autárquicas.

No próximo dia 22, realiza-se no Centro de Trabalho da Horta um encontro com a comunicação social, no qual a DORAA divulgará as conclusões desta sua importante reunião.

Em Leiria

Zita Seabra, do Comité Central do PCP e deputada, participa amanhã em Leiria numa sessão-debate sobre a actual situação política e os problemas da mulher.

A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia do PCP e decorrerá, a partir das 21 e 30, no anfiteatro do Orfeão de Leiria.



Professores de Educação Física

Continuando o trabalho realizado no passado dia 6, os professores de Educação Física da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP vão reunir-se novamente no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, no próximo sábado, dia 20, a partir das 14 e 30.

O objectivo do encontro, que, recorde-se, é convocado pela organização de Professores da ORL e pela Comissão de Desporto junto do Secretariado do Comité Central, prende-se com a discussão mais aprofundada de alguns temas levantados no anterior encontro, designadamente sobre educação física e desporto escolar.

Iniciativas em Santarém

Sábado, dia 20, às 20 e 30, na Escola Primária de Frade de Baixo, concelho de Alpiarça, decorrerá uma sessão de cinema promovida pela Comissão Concelhia de Alpiarça.

No mesmo dia, o camarada Dias Lourenço estará na Casa do Povo de S. Facundo, numa sessão de esclarecimento organizada pela Comissão de Freguesia do PCP.

A sessão terá início às 19 e 30 e inclui ainda a projecção de um filme e a actuação do grupo de canto livre "Jornada".

A Comissão Concelhia de Cartaxo do PCP leva a efeito no domingo, dia 21, no Salão da Juventude, um almoço de comemoração do 61.º Aniversário do PCP.

Ao almoço estará presente o camarada Hilário Teixeira, membro da DORSA e suplente do Comité Central.

Comunicação Social - reuniões no Algarve

Com o objectivo de participar num conjunto de iniciativas do Partido em que se abordará a temática relacionada com a Comunicação Social, desloca-se neste fim-de-semana ao Algarve o camarada Ruben de Carvalho, suplente do Comité Central e chefe de Redacção do "Avante!".

Amanhã, às 21 horas, em Portimão, participa numa sessão aberta promovida pelo organismo dos professores; no sábado estará presente às 15 e 30 em Lagos para uma reunião de quadros no CT do Partido e às 21 horas em Faro para uma reunião aberta a simpatizantes e amigos, a realizar no Centro de Trabalho.

Finalmente, domingo participa numa reunião para membros e simpatizantes do Partido no CT de Olhão, a partir das 15 horas.

Sessão em Alge's

O camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, participa numa sessão de esclarecimento a realizar amanhã, a partir das 21 horas, na Cruz Quebrada/Dafundo, iniciativa promovida pela organização local do Partido. A sessão decorrerá nas instalações da SIMECO.

Camaradas falecidos

João Carvalho

Faleceu no passado dia 7 o camarada João Rodrigues Carvalho que contava 89 anos e militava na célula da S. João de Brito.

Anibal Correia

Faleceu no passado dia 16 o camarada Anibal Correia que contava 74 anos e militava na 4.ª zona do Comité Local de Lisboa.

Rosália Avelar

A camarada Rosália da Conceição Leijoso Avelar faleceu no passado dia 12, contava 82 anos de idade.

Era membro da organização de Belas no concelho de Sintra.

Luís Paulo

Vítima de acidente de viação, faleceu no passado dia 22 de Fevereiro o camarada Luís Paulo de 26 anos de idade.

Era membro do organismo de saúde da Organização de Faro. Foi um militante activo, tanto no seu organismo como na participação das tarefas mais gerais.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do "Avante!" dirige aos familiares dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

Constituído em Coimbra Sector Intelectual do PCP

Colóquios assinalam início da actividade

A realização de um colóquio no passado dia 13, em que participou Zita Seabra no Teatro da Faculdade de Letras de Coimbra, sobre os três projectos de lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP — Protecção e Defesa da Maternidade, Garantia do Direito ao Planeamento Familiar e Educação Sexual — e a promoção na próxima sexta-feira, dia 20, no mesmo local, de um segundo colóquio sobre a situação na Polónia, com a presença de Domingos Lopes, A. Villaverde Cabral e Alice Nicolau, constituem duas iniciativas que assinalam o início da actividade do recém criado Sector Intelectual de Coimbra do PCP.

As razões que estiveram na base desta decisão foram apresentadas aos órgãos de informação no decorrer de uma conferência de imprensa, tendo na ocasião sido distribuído um documento intitulado «Peso e importância das profissões intelectuais; a constituição do sector intelectual de Coimbra do PCP, preocupações e iniciativas imediatas».

Começando por referir alguns dados relativos ao ano de 1970, elaborados com base nos Censos de 60 e 70, o documento salienta que «o distrito de Coimbra representava 4,33% da população activa nacional e 4,55% dos activos com profissões intelectuais. Era, com Lisboa e Porto, o único distrito que tinha uma percentagem das profissões intelectuais superior à percentagem que tinha de população activa».

«Nos últimos 30 anos a população activa cresceu no país apenas 22%, enquanto que as profissões intelectuais cresceram 200%. Isto significa que as profissões intelectuais deixaram de ser pequenas elites, somando hoje já mais de 200 000 os activos e pesando mais de 5% na população activa».

«Pelos características do nosso distrito, sabemos que é fundamentalmente na cidade de Coimbra que se concentram as profissões intelectuais, sendo dominantes os dois subsectores do ensino, designadamente o superior e a saúde».

«Os estudantes do ensino superior estatisticamente não entram na população activa, mas devem ser considerados como um grupo importante dos intelectuais e são a fonte principal de

recrutamento dos trabalhadores intelectuais».

De acordo com esta realidade social, salientam a proposta os camaradas de Coimbra: «O PCP desde há muito que tem em Coimbra uma influência e organização significativas entre os professores, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores científico-técnicos, os profissionais de artes e letras, entre outros. Entre a juventude universitária existe a organização autónoma da Juventude Comunista Portuguesa».

«Todavia, se a organização por subsectores se justifica por ser aquela que melhor responde e corresponde às suas sensibilidades e aspirações específicas, a vasta camada social da intelectualidade, no conflito com as restantes camadas e setores sociais, apresenta uma determinada unidade. Essa unidade é progressivamente mais evidente, nomeadamente naqueles trabalhadores intelectuais que aderiram à ideologia do Partido dos trabalhadores, o PCP».

«A constituição do Sector Intelectual de Coimbra do PCP, trazendo mais do que uma mera junção de sectores organizativos já existentes, resulta da preocupação constante do Partido Comunista, também neste sector, de contribuir devotadamente com as suas propostas e

o seu trabalho para a resolução dos graves problemas que na nossa cidade se colocam no campo do ensino, da cultura e do desporto».

Sistematizando as principais preocupações do sector neste momento, resultantes na sua maioria da política de desastre nacional do Governo AD, o documento sublinha:

• Verifica-se o agravamento e degradação dos serviços de saúde e do ensino;

• Degradam-se as condições de vida das profissões intelectuais designadamente daquelas que estão integradas na função pública. Isto, só por si, tem sido fonte geradora de sérios conflitos sociais, instabilizando as instituições, como aquela, e só a título de exemplo, que se tem vivido, no presente ano lectivo, na Universidade de Coimbra;

• A falta de acesso e garantia de continuidade das carreiras profissionais, nomeadamente dos novos licenciados, dos professores provisórios e dos que estão na profissionalização em exercício e dos médicos policlinicos;

• A falta de capacidade de resposta dos hospitais, em certos serviços, com listas de espera de muitos meses e a situação dramática para muitas famílias, resultante da aplicação

das chamadas taxas moderadoras;

• A saturação da rede escolar, especialmente no ensino secundário em Coimbra. Para o próximo ano lectivo haverá mais de mil alunos sem garantia de entrada normal nas escolas secundárias de Coimbra. Só na margem esquerda do Mondego esse número rondará os 500 alunos.

Interrogando-se sobre as medidas previstas pelo Governo para obviar a esta situação de ruptura, para além do previsto lançamento de apenas mais uma escola secundária na Quinta das Flores, o sector intelectual de Coimbra do PCP, acentua a concluir:

«A não serem tomadas, a curto prazo, outras medidas atingir-se-á inevitavelmente uma situação de ruptura. Pensamos que os meios da comunicação social, as forças sociais e políticas desta cidade se deveriam empenhar seriamente na denúncia deste momentoso problema, no sentido de obrigarem as autoridades e o Governo a dar-lhe solução adequada».

Por último, vai colocar-se a curto prazo o futuro das escolas superiores de Coimbra de Engenharia e de Contabilidade e Administração, ISEC e ISCAC, mercê do lançamento da rede do ensino politécnico.

Juventude



Mais uma edição do «Juventude»

A Marcha Contra o Desemprego, que se realizará entre 28 de Março e 3 de Abril, o "aborto" clandestino, o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, entrevistas com o pintor Rogério Ribeiro e com Rosa Mota, campeã nacional de corta-mato e ainda artigos sobre o 61.º aniversário do PCP, sobre a figura de Ludwig van Beethoven, sobre a situação em El Salvador e a paralisação geral da Academia de Lisboa — estes alguns dos temas abordados na última edição do "Juventude", o órgão central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Além das secções habituais e de artigos sobre o recente "raly" de Portugal, o "Juventude" de Março/Abril publica ainda a lista completa dos premiados no seu concurso (atenção: o direito aos prémios termina no próximo dia 30 de Abril).

Mas tem ainda outros motivos de interesse. Vale a pena a sua leitura!

Setúbal Encontro da JCP sobre o Secundário

Cerca de 400 jovens comunistas participaram no passado dia 14 no Encontro Distrital da JCP de Setúbal sobre o Ensino Secundário. Os trabalhos, que registaram 35 intervenções, decorreram na Escola Emídio Navarro e proporcionaram um interessante debate, não só sobre temas específicos da vida nas escolas e da situação dos estudantes, mas também sobre alguns aspectos ligados à revisão constitucional, luta contra a política «AD», Marcha contra o Desemprego, ecologia e meio ambiente.

Foi ainda manifestado o apoio dos presentes à luta dos profes-

sores da Escola de S. Julião-Setúbal (o Ministério da Educação decidiu, à margem da lei e numa clara atitude de provocação, destituir o Conselho Directivo que fora eleito democraticamente, e nomear um outro CD de que até faziam parte pessoas estranhas à escola...).

Chegaram ao Encontro cerca de 40 saudações. No final, usou da palavra o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O Encontro aprovou importantes documentos dirigidos à juventude estudantil do distrito.

Reuniu a Coordenadora da JCP dos Açores

A Juventude Comunista Portuguesa dos Açores reuniu recentemente a sua Coordenadora Regional em Angra do Heroísmo.

Durante os trabalhos foram discutidos e analisados problemas de organização e vida interna da JCP, feito um balanço da sua actividade e discutida e analisada a situação política regional e nacional.

No que diz respeito à organização e vida interna da JCP, o balanço da actividade e o papel desempenhado pela JCP no surgimento dos órgãos representativos dos estudantes e outras esferas de actividades apontam a necessidade e a possibilidade de um maior recrutamento de jovens para as fileiras da JCP.

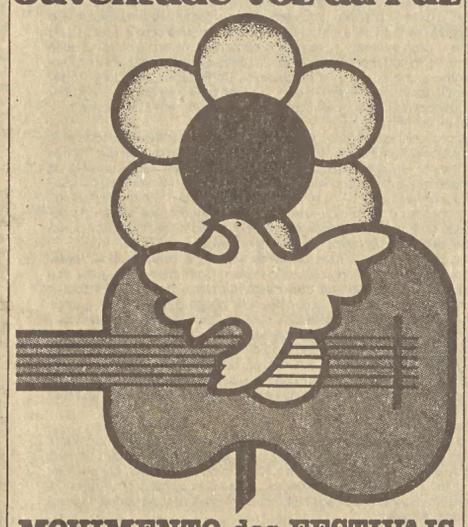
Autónoma dos Açores, nomeadamente: primeiro encontro, exploração patrimonial, condições de ensino, e tempos livres.

A propósito, salienta a JCP: «A canalização de verbas, a definição orientadora dum política de sensibilização e com condições para o acesso à cultura nas suas mais diversas expressões, pelo menos das camadas mais jovens e a elaboração de planos de desenvolvimento físico através da massificação desportiva não estão nas intenções do Governo Regional».

Acrescentam os jovens comunistas que estiveram reunidos em Angra:

A Comissão Coordenadora Regional da Juventude Comunista Portuguesa manifesta o seu total acordo à Marcha Contra o Desemprego, que se efectuará nos próximos dias, entre 28 de Março e 3 de Abril.

Juventude Voz da Paz



MOVIMENTO dos FESTIVAIS da CANÇÃO JUVENIL

«Desenvolver a canção como veículo de expressão cultural e de convívio», assim se define o objectivo de mais uma edição (a terceira) do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, iniciativa do «Juventude», órgão central da JCP. Este ano, o Movimento tem como lema «Juventude Voz da Paz» e começa já este mês, com festivais locais em Espinho (dia 28) e S. Pedro do Sul (dia 27), prosseguindo depois, por exemplo, em Tortosendo, Covilhã, Matosinhos e Vila Real de Trás-os-Montes (mês de Abril). Para o mês de Maio já estão marcados festivais em Santarém, Évora e Beja (trata-se apenas de alguns exemplos). A segunda fase do Movimento — Festival Nacional — decorrerá no distrito de Setúbal, concluindo-se com um espectáculo público. Os interessados devem solicitar o regulamento geral em qualquer organização da JCP. Podem concorrer ao Movimento dos Festivais todos os jovens portugueses até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados por editoras comerciais.

Partido -semana

de José Martins Lucas, membro da DORAL, sobre a situação política actual.

No distrito de Santarém, o 61.º aniversário do Partido foi assinalado no passado domingo com jornadas de confraternização em Alpiarça e Vale de Cavalos (concelho de Chamusca).

Nos distritos de Castelo Branco (Covilhã), Aveiro (Maceda da Câmara, Nogueira do Cravo, Pigeiros), Setúbal (Montijo, Alcácer do Sal, Cova da Piedade), Bragança, Vila Real e Lisboa (Algés, Paço de Arcos, Cacém, etc.), decorreram igualmente iniciativas do PCP em que participaram largas centenas de pessoas.

Zita Seabra em Letras

A Juventude Comunista Portuguesa realiza hoje um debate sobre os três projectos-lei apresentados pelo PCP na Assembleia da República — «Protecção e defesa da maternidade», «Garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual» e «Legalização da interrupção voluntária da gravidez».

O debate, que contará com a presença de Zita Seabra, deputada do PCP na Assembleia da República, terá lugar numa sala da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e iniciar-se-á às 19 horas.



PCP

Amizade e solidariedade mais fortes entre os comunistas portugueses e húngaros

Quando na passada sexta-feira, em Santa Iria da Azóia, se dava por encerrado o comício de amizade PCP/PSOH, era visível nos rostos, nos gestos, nas palavras de ordem gritadas, a enorme satisfação de todos os presentes.

O ambiente era entusiástico e combativo. A sala, repleta, vibrava.

E a satisfação era mútua e justificava-se. Por outras palavras: era a alegria dos que acolhiam em sua casa, terra de longas e gloriosas tradições de luta, com particular carinho e orgulho, uma delegação de um partido irmão; e a satisfação dos visitantes que sabiam estar como em sua própria casa, no seio de gente amiga, dando e recebendo o calor fraterno da amizade.

Cumpria-se assim a última etapa de um intenso programa que decorreu ao longo de quatro dias e que constituiu um importante reforço nas excelentes relações entre os dois partidos.

A delegação húngara no decurso da sua estadia, teve oportunidade de contactar de perto diversos aspectos da realidade nacional e de conhecer melhor a actividade, a organização e influência do PCP.

Composta pelas camaradas András Gyenes, membro do Secretariado do Comité Central, Sandor Gulyás, membro do CC e presidente da Cooperativa Agrícola "Rákóczi" de Heves e Attila Gecse, colaborador do CC, a delegação do POSH foi recebida no Aeroporto de Lisboa pelas camaradas Álvaro Cunhal, Secretário Geral e Albano Nu-

nes do CC e responsável pela Secção Internacional, tendo estabelecido no próprio dia da chegada um primeiro encontro de conversações com uma delegação do PCP de que também fazia parte, para além dos camaradas referidos, o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

"Atenção à pessoa humana"

Conhecer as profundas transformações económicas e sociais que se operaram com a Revolução de Abril nos campos do Alentejo e designadamente a Reforma Agrária, constituiu o objectivo principal da deslocação da delegação ao concelho de Avis, no distrito de Portalegre.

Aí chegaram, após um encontro no Centro de Trabalho do Partido onde foram recebidos por diversos camaradas do concelho e da Direcção Regional e ainda pelo camarada António Gervásio da Comissão Política, a delegação iniciou então um percurso que a levou a contactar a Creche e o Centro de Dia para os reformados, a Câmara Municipal, as instalações da União de Cooperativas do Concelho, as oficinas, armazéns e a vacaria da 1.ª de Maio.

Para descrever esta breve visita — e não é possível transmitir em poucas linhas a imensa riqueza de elementos que pudemos observar — abordaremos apenas alguns aspectos que nos pareceram mais significativos. Convém esclarecer, contudo, que falar do que se viu é, antes de mais, falar do empenho, do entusiasmo e do amor postos pelos trabalhadores agrícolas nas palavras com que descrevem a sua epopeia de luta, feita de muito esforço e trabalho.

É, pois, por exemplo, falar da creche construída pela Cooperativa 1.ª de Maio em fins de 75 com capacidade para 60 crianças ou do Centro de Dia onde actualmente 26 velhos reformados ou sem família tomam diária e gratuitamente as suas refeições e passam em ameno convívio uma boa parte do seu tempo.

É falar da Câmara Municipal e da sua actividade orientada para a resolução dos problemas das

populações. Do seu trabalho que apesar das condições adversas impostas pelo Governo AD — só neste ano de 82 o Governo roubou 104 mil contos — conseguiu resultados tão espantosos como estes: antes do 25 de Abril apenas a sede do concelho tinha, e não na totalidade, águas e esgotos; pois, com a gestão APU, no 1.º semestre do ano corrente, estará concluído o plano que levará água e esgotos à totalidade das 8 freguesias do concelho. Outro exemplo: no tempo do fascismo a Câmara empregava 19 trabalhadores e possuía apenas um "Dumper", um macho e uma carroça, estando todo o seu património calculado em 150 contos; hoje, a Câmara tem 360 trabalhadores, 36 unidades de equipamento (tractores, camionetas, etc.) e o seu património está avaliado em 30 mil contos.

É falar das instalações da União das Cooperativas do concelho com o seu armazém que abastece os sócios de todos os factores de produção e outros equipamentos necessários; dos seus dois lagares que este ano pagaram a azeitona ao melhor preço do distrito e até talvez do país (37 escudos enquanto a maioria dos lagares a recebeu a cerca de 30\$80); da sua padaria ou dos seus armazéns de azeite com capacidade para mais de 400 mil litros.

É falar também das oficinas ou dos cinco grandes armazéns da 1.ª de Maio, do seu parque de

máquinas que conta, entre outras, com 12 ceifeiras debulhadoras e 62 tractores, ou da sua vacaria, uma das unidades mais modernas do país, no seu género, com as suas 430 vacas das quais 200 estão a dar leite numa média anual de 4200 litros por vaca.

É falar ainda do funcionamento democrático da Cooperativa e da sua estrutura, com uma direcção competente que reúne mensalmente com todos os responsáveis de produção distribuídos pelos diversos pelouros.

Por último, falar desta breve passagem por terras da Reforma Agrária, do que se viu e aprendeu, é referir as palavras lúcidas do camarada András Gyenes quando do final da visita, num breve improviso, dirigindo-se a todos os presentes afirmou: "fomos testemunhas de resultados que muita gente não pensaria ser possível obter num curto espaço de seis anos sob a violenta repressão de sucessivos governos de direita". E sublinhou: "é um exemplo de agricultura moderna, com alto grau de mecanização, onde a atenção à pessoa humana está sempre presente, bem como o desejo de desenvolver mais e mais".

Loures: resolver os problemas da população

No dia seguinte, depois de um encontro no Centro de Trabalho

Viória com uma delegação da DORL constituída pelos camaradas Abolim Inglês, Romeu e M. Santos, a delegação foi recebida pelo Presidente da Assembleia da República, Oliveira Dias, e pelo Presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução, tenente-coronel Melo Antunes.

O programa de sexta-feira iniciou-se com uma visita à Câmara Municipal de Loures, sendo os camaradas húngaros recebidos pelo Presidente da edilidade, camarada Severiano Falcão, e pelos vereadores da APU. Na ocasião, a delegação (que não contou com a presença do camarada András Gyenes por motivos de doença) teve igualmente oportunidade de se aperceber do trabalho desenvolvido pela gestão APU num concelho com graves carências e problemas, na sua maioria herdados do fascismo.

Refira-se, a título de exemplo, como informou o camarada Severiano, às 80 mil pessoas que vivem em bairros clandestinos e as 30 mil em bairros degradados. A juntar a esta situação calamitosa existem outros problemas como o do saneamento dado que existe apenas uma central de tratamento de esgotos que cobre 50 mil pessoas, escoando-se os esgotos dos restantes 250 mil para a bacia hidrográfica do concelho, o que naturalmente causa graves problemas de poluição.

Lutando contra este estado de

coisas, a que não falta também a tentativa de estrangulamento do Governo que não cumpre a Lei que diz respeito às Atribuições e Competências das Autarquias e muito menos a Lei das Finanças Locais — saliente-se que em Loures o Governo nos últimos três anos roubou cerca de dois milhões de contos, dos quais 822 mil foram subtraídos este ano — o Município tem, no entanto, fruto de uma correcta orientação, alcançando assinaláveis resultados, tendo neste momento como direcções fundamentais da sua actividade as infra-estruturas dos bairros carentes, o saneamento e a electrificação e o fornecimento de água.

Visita à Mague

Findo o encontro, a delegação dirigiu-se às instalações da Mague, em Alverca, onde a aguardava representantes da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Interdistrital.

Percorridas diversas secções desta empresa de metalomecânica, com 2700 trabalhadores, a delegação foi depois recebida na sala da CT onde se efectuou uma breve reunião no decurso da qual foram dados a conhecer diversos aspectos relativos à empresa e às formas de organização dos trabalhadores.

À noite, como referimos no início, realizou-se um comício de amizade na Sociedade 1.ª de

Agosto, em Sta. Iria da Azóia.

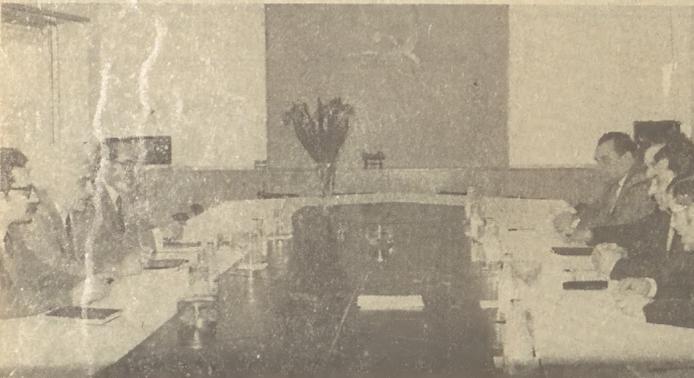
Com a sala completamente cheia de uma assistência entusiástica, após uma saudação inicial do camarada Carlos Machado da Comissão de Freguesia e que presidiu à sessão, foram proferidos discursos pelos camaradas Sandor Gulyás e Álvaro Cunhal.

Na mesa, para além da delegação húngara encontravam-se diversos camaradas de empresas do concelho, representantes das Comissões de Freguesia e do Partido e ainda os camaradas Euclides Pereira, da DORL, e Carlos Costa e Albano Nunes.

A subida de um grupo de pioneiros ao palco para oferecer flores e lembranças aos convidados, constituiu um dos mais belos momentos do comício, saudado vibrantemente por todos os presentes.

Estava-se já muito perto do final e o entusiasmo parecia crescer ainda mais. Todos sentiam o significado das palavras inscritas no pano vermelho de fundo: "Viva a Amizade PCP/PSOH, Viva o Internacionalismo Proletário".

Tocados os hinos nacionais dos dois países e a Internacional, encerrado o comício, o som das palmas e das vozes ecoavam com força pela sala, prolongando-se até à rua. Já lá fora, ainda nos chegou uma das palavras de ordem tantas vezes repetida durante a noite: "A luta continua, a AD para a Rua".



As duas delegações durante as conversações e momentos da visita dos camaradas húngaros à Mague e à Cooperativa 1.ª de Maio



Comunicado comum

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 9 a 13 de Março uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro composta por András Gyenes, membro do Secretariado do Comité Central, Sandor Gulyás, membro do CC e presidente da Cooperativa Agrícola "Rákóczi" de Heves e Attila Gecse, colaborador do CC do POSH.

A delegação do POSH teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

A delegação do POSH desloca-se ao concelho de Avis, no Alentejo, onde foi recebida por António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP e da DORA, visitou a UCP/Cooperativa 1.ª de Maio e foi recebida na Câmara Municipal. No distrito de Lisboa encontrou-se com uma delegação da DORL, visitou a empresa Mague e a Câmara Municipal de Loures.

Realizou-se um Comício de Amizade PCP/PSOH em Santa Iria da Azóia.

András Gyenes encontrou-se ainda com o Presidente da Assembleia da República, Oliveira Dias, e com o Presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução, tenente-coronel Melo Antunes.

A visita da delegação do POSH a Portugal, na sequência da visita à Hungria da delegação do PCP, com Álvaro Cunhal, em Outubro de 1981, permitiu prosseguir a troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos, assim como sobre as questões de maior actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

As duas delegações reafirmaram a solidariedade recíproca, baseada no internacionalismo proletário, para com a acção desenvolvida pelos respectivos partidos e a vontade de prosseguir e desenvolver as relações de fraterna amizade e cooperação existentes entre o PCP e o POSH, no interesse dos respectivos povos e países e da causa da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz.

Debruçando-se sobre a situação internacional os representantes dos dois partidos confirmaram que a evolução mundial se verifica no sentido da democracia, da independência nacional e do socialismo e condenaram as tentativas do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, para romper o equilíbrio e alcançar a supremacia militar, intensificar a corrida aos armamentos e agravar a tensão internacional. O POSH e o PCP, lutando em defesa da paz e pelo desarmamento, pronunciam-se por medidas concretas que favoreçam a contenção da corrida aos armamentos assim como a cooperação e a confiança recíproca entre Estados com regimes sociais diferentes. Sublinharam a este respeito a importância das propostas da URSS e dos países socialistas.

Os representantes dos dois partidos condenaram as ingerências do imperialismo nos assuntos internos da Polónia e as suas tentativas para explorar estes acontecimentos visando agravar a tensão internacional e alertar contra o desanuviamento. Expressaram ao mesmo tempo a solidariedade dos comunistas portugueses e húngaros para com o POUP e o povo polaco na sua acção para defender e consolidar o socialismo na Polónia.

As duas delegações sublinharam a importância fundamental das realizações e da política de paz e de solidariedade internacionalista da URSS e dos países socialistas no desenvolvimento do processo revolucionário. Referiram a crescente riqueza e diversidade das experiências do processo revolucionário, bem patente nas novas revoluções libertadoras orientadas para o socialismo em África, na Ásia e na América Latina. Afirmaram que o sucesso da luta pelo socialismo implica a aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições concretas de cada país e a assimilação das experiências vitoriosas da edificação do socialismo.

Intervenção da delegação húngara

Em nome da delegação do POSH, o camarada Sandor Gulyás pronunciou, no Comício de Amizade PCP/PSOH, um discurso de que a seguir transcrevemos partes substanciais:

Em nome da delegação do Partido Operário Socialista Húngaro, cumprimento com todo o respeito todos os participantes deste comício de amizade. Em nome da delegação agradeço a calorosa e fraterna recepção de que fomos alvo e expresso a nossa alegria em nos podermos encontrar convosco aqui, no concelho de Loures, neste centro da classe operária portuguesa, que tantas tradições possui.

Cumprio a honrosa missão de vos apresentar a nós, comunistas portugueses, as saudações do Comité Central e dos mais de 800 mil membros do nosso Partido, expressando a sincera simpatia e solidariedade do nosso povo para com os patriotas portugueses que lutam pela defesa das suas conquistas revolucionárias, pela democracia e pelo progresso social.

Os partidos dos comunistas húngaros e portugueses têm já mais de seis décadas de existência. Se bem que geograficamente seja grande a distância que nos separa, as condições em que os nossos dois partidos trabalharam, durante décadas, apresentam muitas semelhanças. Basta lembrar que o nosso Partido, lutou durante um longo tempo, do mesmo modo que o vosso Partido, pela libertação da classe operária e das massas trabalhadoras, nas condições da opressão fascista, nas difíceis condições da clandestinidade, lutou nessas condições em prol de uma ordem justa, livre e democrática. Esse passado difícil e comum é também uma das explicações para o facto de não só compreendermos os comunistas portugueses, mas de também nos identificarmos com eles nos seus sentimentos, durante a luta dura que travaram contra o sistema fascista, luta que exigiu pesados sacrifícios. Assim é compreensível o grande respeito e apreço que os comunistas húngaros e o nosso povo sentem para com o vosso Partido e para com a direcção do mesmo e pessoalmente para com o camarada Álvaro Cunhal. É este apreço que será também com toda a certeza demonstrado pela exposição sobre a actividade de seis décadas do Partido Comunista Português, que será inaugurada — facto que digo aqui com grande alegria — nas próximas semanas, na capital do nosso país, em Budapeste.

Queridos Camaradas Os comunistas húngaros conhecem a actividade levada a cabo pelo Partido Comunista Português, nos nossos dias, como a de um Partido que, mesmo em circunstâncias difíceis, sabe servir frutuamente os interesses dos trabalhadores, porque se mantém fiel aos seus princípios, é consequente na sua política e aplica de forma criadora os ensinamentos do socialismo científico, adaptando-os às condições específicas do seu país, estando ao mesmo tempo disposto a unir-se, em prol da utilidade do povo, com todas as forças patrióticas.

Nos últimos anos já tivemos várias vezes a oportunidade de exprimir, por ocasião dos Congressos do Partido Comunista Português, dos encontros que se realizaram entre dirigentes dos nossos dois Partidos e em comícios de amizade, que o Partido húngaro segue com grande atenção e profunda solidariedade e simpatia as modificações revolucionárias e democráticas que se processaram no vosso país. Todo o nosso povo conhece a luto abnegada e consequente que os comunistas portugueses levam a cabo em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, assim como das conquistas revolucionárias e do sistema democrático, inscritas na Constituição, em prol de um futuro mais feliz do Portugal.

Queridos Camaradas Ao transmitir-vos os cumprimentos do povo trabalhador húngaro, exprimo-vos a solidariedade de um povo cuja elevação social provém do socialismo. Os que conhecem a História do nosso país, sabem bem que, à luz de dimensões históricas, num curto espaço de tempo, foi necessário recuperar atrasos históricos em praticamente todos os campos da vida social.

O povo da Hungria, vivendo nas margens dos rios Danúbio e Tisza, no centro da Europa, numa área pouco superior à de Portugal, esforça-se dia após dia por alcançar os melhores resultados possíveis nos diversos domínios do trabalho de edificação socialista. Fazêmo-lo porque é também nossa convicção de que, assim procedendo, contribuiremos para o avanço da Humanidade, para a grande causa da manutenção da Paz!

O povo húngaro, a seguir à sua libertação do regime fascista que o oprimia, libertação que se deu há quase quatro décadas, avançou a grandes passos, em todos os aspectos. Vencendo as preocupações, as dificuldades e as grandes tempestades com que nos tivemos de deparar nesses decénios, criámos um país novo, diferente, em todos os aspectos do país que era antigamente. Os marcos do caminho que percorremos são uma agricultura florescente, uma indústria moderna, uma intensa actividade científica e cultural. Em relação ao nosso próprio passado é, sobretudo, muito importante para nós a modificação radical da capacidade de produção da nossa agricultura total do país e em tal nível, que não só abastece a população do país com pão, carne e outros alimentos, mas produz também sistematicamente para exportação. Quanto aos rendimentos por hectare podemos dizer que pertencemos ao grupo dos países de vanguarda. Mas só podemos apreciar devidamente o peso e a importância destes factos se soubermos que na Hungria antiga, na Hungria dos senhores, a pobreza e mesmo a fome eram visitas de todos os dias nos lares húngaros. As crianças que pediam pão ouviam frequentemente a resposta «não há, acabou», que suas mães lhes davam.

As dificuldades não tiveram só origem no facto de ter sido necessário construir no nosso país toda uma série de novas indústrias e de centenas de fábricas, mas também foram originadas pelo facto de ruínas herdadas, depois da guerra imperialista, um país destruído, em ruínas. Em quase noventa por cento das fábricas houve estragos, tendo sido destruída metade da capacidade da indústria e quarenta por cento do património nacional. Se alguém fala sobre o caminho que percorremos, não pode deixar de falar nestes factos. Aprendemos que só é possível levar a cabo com êxito tão difíceis tarefas, que só é possível avançar gradualmente, se se encontrar assegurada a política correcta, a política geral de princípio e política concreta do Partido, e se existir a participação activa da classe operária e das classes e camadas suas aliadas na concretização dos objectivos sociais, económicos e políticos. A influência conjunta exercida por estes factores é absolutamente indispensável ao desenvolvimento frutuoso e seguro e a que a nossa sociedade assegure a todos os cidadãos trabalho, segurança de vida e possibilidades de viver. As nossas experiências também nos indicam, no entanto, que a falta de coordenação entre os factores citados causa não só prejuízos económicos, como também houve um determinado período em que enfraqueceu mesmo a prática política, fazendo-a entrar numa situação crítica.

A política do nosso Partido, tirando todas as lições do período passado, toma consequentemente em consideração as leis gerais e objectivas do desenvolvimento, as características e possibilidades do país e adapta-se às modificações das condições internas e externas. Em resultado do nosso trabalho de construção, no último quarto de século a produção industrial aumentou de quatro vezes e meia e a de produtos agrícolas de duas vezes. Nos nossos dias podemos dizer que praticamente todas as famílias possuem os bens de consumo de importância, tais como frigoríficos, máquinas de lavar-roupa, rádios, televisores e já a terça parte das famílias possuem automóveis.

É claro que as nossas conquistas não podem fazer esquecer o facto de que devemos fazer ainda face, dia após dia, a numerosas dificuldades e problemas. Mas, apesar disso, é precisamente baseado nos resultados que já obtivemos, que somos capazes de levar a cabo as novas tarefas que se nos deparam, como resultado do desenvolvimento, das modificações desfavoráveis que se processam na economia mundial e do aumento das necessidades e exigências da economia e da população.

Tornou-se já quase habitual que haja conflitos, guerras locais, tensões em certas partes do mundo. No entanto é nos nossos dias que a situação internacional se agudiza de forma ameaçadora. O processo do desanuviamento, vantajoso e desejável para todos os povos, encontra-se em perigo, porque os círculos agressivos do imperialismo lançaram um ataque frontal para desestabilizar o equilíbrio internacional de forças.

Nós, nesta situação, dizemos conjuntamente convosco, que não existe nenhuma alternativa racional para substituir a coexistência pacífica entre países com sistemas sociais diferentes. Por isso mesmo é necessário lutar conjuntamente para manter viva a política do desanuviamento.

Nas actuais condições, bastante agudizadas, da luta internacional de classes, consideramos de extrema importância a actuação responsável dos Partidos Comunistas e Operários em defesa dos interesses do desanuviamento e da paz.

Talvez não tenha havido, desde a Segunda Guerra Mundial, nenhuma altura em que fosse necessário ligar tão estreitamente a causa da defesa da paz e da defesa do socialismo, como o é agora, em relação à crise polaca e aos acontecimentos que se desenrolam à sua volta.



Álvaro Cunhal no Comício de Amizade PCP-POSH

«O PCP nunca aceitará ser um partido comunista de nome e social-democrata na ideologia. O PCP é e será sempre um partido comunista, não apenas no nome, mas na orientação e na acção»

Camaradas:
É para nós motivo de grande alegria recebermos em Portugal uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro, ao qual nos ligam velhas relações de amizade e cooperação.

Tanto no tempo da ditadura fascista e da luta clandestina do nosso Partido, como depois do 25 de Abril, recebemos inúmeras provas de solidariedade dos nossos camaradas húngaros. Sempre sentimos da sua parte interesse real, compreensão e apoio para a luta do nosso Partido e do nosso povo.

As palavras que ouvimos na intervenção dos camaradas neste comício de amizade são um belo testemunho dessa coerente atitude internacionalista do partido irmão da Hungria.

E o facto, já hoje aqui citado, de que em breve será aberta em Budapeste a exposição do 60.º aniversário do nosso Partido, que todos vimos no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, é também significativo do elevado nível das relações existentes entre os nossos dois partidos.

Eu queria aproveitar esta ocasião para aqui, publicamente, diante de membros do Partido e dos trabalhadores portugueses, expressar ao POSH os sentimentos de gratidão do Partido Comunista Português.

Pela sua parte, os nossos camaradas húngaros conhecem bem os nossos sentimentos para com o seu Partido, para com o seu povo, para com a Hungria Socialista.

Eles sabem bem que nós, os comunistas portugueses, acompanhámos com o mais profundo interesse a construção do socialismo na sua pátria, examinámos atentamente o seu trabalho, as suas experiências e as suas realizações.

Queríamos por isso também aproveitar a ocasião para aqui publicamente reafirmar à delegação visitante a nossa alegria pelas realizações, os progressos e os êxitos da Hungria Socialista que correspondem, não apenas aos interesses do povo húngaro, mas aos interesses dos trabalhadores de todos os países e constituem uma contribuição importante para a luta libertadora dos povos e para a paz mundial.

únicas sociedades socialistas e às suas realizações revolucionárias aquilo a que chamamos as «conquistas democráticas socialistas (sic) nos países capitalistas desenvolvidos, particularmente na Europa Ocidental», ou seja, «vias para o socialismo» que julgam ver elementos do socialismo na sociedade capitalista e recusam que haja socialismo nas sociedades socialistas.

O PCP mantém-se fiel ao ideal da liquidação do capitalismo e de todas as formas de exploração e opressão. Não se deixa influenciar pela pressão ideológica do imperialismo. Nunca aceitará ser um partido comunista de nome e social-democrata na ideologia. O PCP é e será sempre um partido comunista, não apenas no nome, mas na orientação e na acção.

E por isso, não se propõe copiar de forma nenhuma qualquer «modelo» de socialismo, procura conhecer e aprender com as experiências dos países socialistas, divulga ante os trabalhadores portugueses as grandes conquistas desses países, mostra o contraste entre as sociedades socialistas e as sociedades capitalistas, e regozija-se sincera e profundamente com os êxitos e realizações dos países socialistas.

Por isso mesmo, queria aproveitar esta ocasião para aqui publicamente enviar por intermédio dos nossos convidados, ao POSH, ao seu Comité Central, ao seu secretário-geral, camarada Janos Kadar, as saudações calorosas do PCP e os votos sinceros para que prossigam com êxito a sua obra grandiosa e exaltante de transformação social, de construção da nova sociedade, de construção do socialismo.

Relações bilaterais e movimento comunista internacional

A relações do PCP com o POSH são características das relações entre partidos inspirados por um mesmo grande ideal libertador.

O nosso Partido mantém relações bilaterais com quase uma centena de partidos comunistas e operários e mais de vinte outros partidos e organizações revolucionárias.

São relações cujos termos, cujo nível, cujo grau de cooperação são decididos apenas por nós e pelos partidos com os quais mantemos relações.

As relações bilaterais inserem-se no movimento comunista internacional, que, como se sabe, não tem qualquer centro, não tem qualquer direcção, não tem formas orgânicas de cooperação ou coordenação mundial (além de eventuais conferências) mas que tem uma natureza de classe e uma identidade de objectivos essenciais que o classificam justamente como «movimento» e o diferenciam de quaisquer outros movimentos ou forças sociais ou políticas de carácter internacional.

Há traços comuns que constituem a própria substância do movimento comunista. Há uma indistincta base objectiva: a identidade de interesses e aspirações históricas da classe operária e dos trabalhadores de todos os países. Há uma ideologia comum: o marxismo-leninismo. Há princípios de solidariedade recíproca: o internacionalismo proletário.

O movimento comunista é o núcleo mais sólido e determinante da frente anti-imperialista, da frente das forças democráticas e progressistas, da frente de luta pela paz.

Os partidos comunistas e operários lutam em condições muito diversas. Há partidos no Poder há longos anos. Há partidos que lutam em regimes de democracia burguesa. Há partidos forçados à clandestinidade e forzosamente perseguidos.

Todos eles actuam com autonomia e independência. É o caso do nosso Partido, que dirige sem qualquer ingerências externas (que aliás rejeitamos) a sua orientação. É o caso de todos os partidos. A autonomia e a independência são a regra e são a realidade do movimento comunista internacional.

Só caluniadores sem escrúpulos podem desmentir uma tal realidade. Quando os propagandistas da «AD», a que se juntam os propagandistas do PS/M. Soares, ressuscitam contra o nosso Partido as calúnias que ouvimos durante meio século aos fascistas — que o PCP estaria «às ordens de Moscovo», que o PCP «serve interesses estrangeiros», que o PCP «não é um partido nacional», etc., etc. — creio podemos concluir que tais calúnias não classificam o PCP, mas classificam sim aqueles que as lançam como gente sem seriedade, sem dignidade e sem escrúpulos, a quem não serve a verdade porque no mundo de hoje a verdade, por si só, é revolucionária.

Repetimos: autonomia e independência é a norma e é a regra do movimento comunista.

Existem porém alguns partidos que invocam a sua «autonomia» e «independência», não tanto para definir a sua orientação própria, mas para falarem contra o movimento comunista internacional, para recusarem relações preferenciais com os outros partidos comunistas, para justificar relações preferenciais com partidos socialistas e social-democratas, para atacarem os países socialistas negando que aí exista socialismo, para meterem no mesmo saco Estados Unidos e União Soviética, para se ingerirem nas questões internas dos países socialistas, proclamando o que ali se deve fazer, e para ao mesmo tempo protestarem indignados contra qualquer resposta crítica dos atingidos, titulado-a de inadmissível «ingerência».

Esses partidos abandonaram o que chamam «os laços de velho tipo» com os outros partidos comunistas, colocam num mesmo plano as relações com partidos comunistas, partidos socialistas e partidos social-democratas e um deles lança mesmo a ideia de substituir o movimento comunista por um novo movimento (a que chama «novas formas de articulação internacionalista») sem política de classe, sem comunidade de ideologia e de objectivos.

Será essa uma atitude «autónoma» e «independente»? Não. Assumindo tais posições em nome da «autonomia» e da «independência» esses partidos mostram afinal que estão a perder a sua autonomia e a sua independência de classe e a ceder manifestamente às pressões ideológicas dos inimigos e dos aliados.

O movimento comunista internacional traduz a identidade de interesses dos trabalhadores de todos os países, o objectivo comum de liquidar a exploração do homem pelo homem e de construir uma nova sociedade, cujos recursos e energias sejam aplicados para o bem do ser humano. Tem uma raiz de classe que o distingue das alianças (embora necessárias) com partidos cujos programas, cujas ideias, cujos objectivos, se veiculam, não à liquidação, mas à reformulação da exploração capitalista.

Com a sua real autonomia e independência, o PCP reconhece o movimento comunista internacional como o mais poderoso movimento político da época contemporânea. Mantemos relações preferenciais com os partidos comunistas porque os partidos comunistas representam no fundamental os interesses dos trabalhadores e têm no fundamental o mesmo objectivo de libertação da Humanidade de todas as formas de exploração e opressão. E em vez de denegarmos os países socialistas (como fazem alguns) divulgamos junto do nosso povo as suas realizações, a sua contribuição para a libertação do homem, a sua solidariedade para com os trabalhadores e os povos de todos os países, o seu papel em defesa da paz.

Consideramos sem qualquer hesitação que com tal orientação confirmamos a nossa independência e autonomia, além do mais porque não mantemos fiéis aos interesses, aspirações e objectivos da classe operária, das massas trabalhadoras, de todos os explorados e oprimidos, na luta contra o inimigo real dos povos e das nações — o capitalismo, o imperialismo — na luta por uma sociedade de igualdade e justiça social, na luta pelo socialismo e o comunismo.

A situação internacional e a luta pela paz

Examinámos atentamente com a delegação do POSH os problemas mais candentes da situação internacional.

Se considerarmos a evolução da situação mundial nas últimas dezenas de anos e os resultados da luta de classes à escala mundial, podemos concluir que a evolução da situação mundial se tem verificado e continua a verificar-se no sentido da decadência do imperialismo e da libertação dos trabalhadores e dos povos.

Na construção do socialismo e do comunismo, na luta por direitos vitais dos trabalhadores em regime capitalista, na luta contra ditaduras fascistas e reaccionárias e pela liberdade e a democracia, na luta pela independência nacional, na luta de novos Estados independentes pelo progresso social, registam-se golpes profundos no imperialismo, nas forças da exploração e da tirania, e vitórias históricas que transformaram radicalmente a fisionomia social e política do nosso planeta e alteraram favoravelmente e radicalmente a correlação mundial de forças.

A crescente agressividade do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO não resulta do reforço do imperialismo, mas do seu progressivo enfraquecimento, não aparece na se-



quência de vitórias do imperialismo, mas na consequência das suas derrotas históricas.

O imperialismo procura travar, impedir, se possível fazer voltar para trás, o processo de transformação social do mundo.

Daí os perigos reais da política militarista, agressiva e aventureira da Administração Reagan, — política de nova corrida aos armamentos, de instalação dos novos mísseis nucleares na Europa, de pressão, de ingerência e intervenção.

Tal como os nossos camaradas húngaros, consideramos uma tarefa de primeira grandeza a luta contra a corrida aos armamentos, contra a instalação de novos mísseis norte-americanos, pelo desanuviamento, pela segurança, pelo direito de cada povo decidir dos seus destinos, pela cooperação internacional, pela paz.

Não somos daqueles que metem no mesmo saco o que chamam «as duas superpotências» — a URSS e os E. Unidos. Nós, comunistas portugueses não podemos confundir a política de exploração, opressão, agressão e guerra dos Estados Unidos que sustentam em todo o mundo ditaduras fascistas e reaccionárias, e a política da URSS que construiu uma sociedade sem exploradores e explorados, que é activamente solidária para com a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e que é hoje o maior baluarte da paz mundial.

Os planos do imperialismo norte-americano são planos de guerra. A proposta da URSS são propostas de paz. Os povos podem comparar e optar.

Em Portugal o governo da «AD», governo ao serviço do grande capital (associado ao imperialismo) e dos grandes senhores da terra, já optou, como era inevitável.

Optou pelo imperialismo mais agressivo, optou pela submissão servil às ordens, indicações e conselhos de Reagan, optou por mais concessões de natureza militar aos Estados Unidos e à NATO, optou colaborando em grosseiras provocações internacionais, optou pelo anti-sovietismo mais primário e mais violento, optou pelo bloqueamento, deterioração e envenenamento das relações com países amigos.

Nós opomo-nos a tal curso antinacional da política externa portuguesa. Opomo-nos à instalação de armas nucleares em território português. Defendemos para Portugal uma política de independência nacional, uma política de paz e amizade com todos os povos do mundo; política que inteiramente coincide com os interesses de Portugal como país livre, democrático e independente.

E de acrescentar que, para nós, comunistas portugueses, a luta pela paz é inseparável da luta libertadora dos povos.

Somos activamente solidários para com todos os povos em luta contra o imperialismo, contra o colonialismo e o fascismo.

Somos activamente solidários para com os povos de El Salvador, da Guatemala, em luta heroica contra ditaduras sangrentas e para com Cuba socialista e Nicarágua revolucionária.

Somos activamente solidários para com os povos da África Austral, designadamente da Namíbia em luta pela independência, de Angola e Moçambique vítimas das agressões militares dos racistas, do povo da África do Sul sujeito ao apartheid.

Somos activamente solidários para com todas as grandes forças de transformação social do mundo — a URSS e outros países socialistas, os países progressistas, os partidos comunistas dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional — cuja cooperação, unidade, acção comum e recíproca solidariedade consequentemente defendemos.

É no quadro dessa cooperação internacionalista que se reforçam as relações de amizade entre o PCP e o POSH.

Esta visita a Portugal da delegação do POSH deu continuidade às regulares trocas de informações sobre a orientação e a actividade dos dois partidos, e a uma troca de opiniões entre os dois partidos sobre a situação internacional e problemas do interesse comum.

Constituiu um novo passo no estreitamento das relações de amizade fraternal existentes entre os dois partidos.

E permitiu aos nossos visitantes tomarem contacto directo com aspectos importantes da realidade portuguesa, das conquistas da revolução, da actividade do Partido.

Também porque foi essa uma finalidade central da visita a Portugal da delegação do POSH, é apropriado, aqui neste comício de amizade, abordar alguns aspectos fundamentais da situação política actual.

Situação portuguesa aproxima-se um ponto de viragem

É necessário que todos os portugueses e portuguesas tenham consciência de que se aproxima um ponto de viragem na situação nacional.

Temos vivido, já há alguns anos, por um lado, uma série de ofensivas contínuas das forças reaccionárias contra as conquistas da revolução de Abril, por outro lado, a luta massiva e heroica do nosso povo em defesa dessas conquistas.

Com algumas diferenças conjunturais, esses têm sido os traços essenciais da situação política.

Agora aproxima-se qualquer coisa diferente. Não apenas uma ofensiva mais intensa ou menos intensa, uma resistência popular mais dinâmica ou menos dinâmica, mas uma mudança qualitativa na situação política portuguesa.

O ponto de viragem que se aproxima é um ponto de decisão. A viragem poderá ser a favor da reacção (se esta conseguir levar a cabo o seu golpe através da revisão inconstitucional da Constituição) ou a favor da democracia (se o povo português e as instituições, como continuamos a confiar, conseguem derrotar o plano da «AD» e impor uma solução democrática para a crise).

Há aspectos gravíssimos da situação económica, social e política de Portugal, provocados pela política da «AD», que merecem uma profunda atenção e que obrigam a uma luta constante e determinada.

Mas o problema central do momento político que atravessamos é a revisão da Constituição e o golpe de Estado contra o regime democrático que através dela preparam as forças reaccionárias.

Nesse plano de golpe de Estado, o objectivo prioritário a que se submetem todos os demais, é a conquista pela «AD» do controlo da administração, da direcção e do comando das Forças Armadas.

Procura a «AD» obter este objectivo com o desaparecimento do Conselho da Revolução e com a transferência das actuais competências militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução para o governo — no concreto para o governo «AD», para o seu ministro da Defesa, para o conspirador reaccionário, discípulo de Salazar e Caetano, o presidente do CDS, Freitas do Amaral.

Seria um golpe real para o regime democrático uma tal revisão da Constituição.

O nosso Partido tem incansavelmente advertido desse perigo o povo português, todos os democratas, as instituições, a opinião pública. Mas, ao mesmo tempo que adverte do perigo, o nosso Partido

tem insistido em que a Democracia tem força bastante para derrotar um tal plano.

Os factos têm mostrado que as forças da «AD» são cada vez mais limitadas e mais roídas por conflitos internos e as forças da democracia cada vez mais vastas, mais unidas e mais vigorosas.

Existem as condições objectivas essenciais para que a viragem não seja a favor da reacção, mas a favor da democracia; para que a derrotada seja a reacção e não a democracia; para que, desta curva apertada, a democracia não saia ferida de morte (como quer a «AD»), mas reforçada, consolidada, revitalizada, com capacidade para defrontar e resolver os grandes problemas do povo e do País, com determinação para retomar o glorioso caminho da liberdade, bem-estar, progresso e independência nacional da revolução de Abril.

Essa é a nossa vontade e a vontade de milhões de portugueses e portuguesas. Essa é a nossa confiança e a confiança de milhões de portugueses e portuguesas.

Por isso, de Norte a Sul do País, se assiste a uma firme determinação do povo e se ouve a reclamação e a exigência cada vez mais justificada e mais urgente:

«A luta continua! «AD» para a rua!»

Demissão do governo «AD» primeiro passo para uma solução democrática

A demissão do governo «AD» é hoje a reclamação central do povo português, de todos os democratas portugueses.

Qual foi o objectivo previamente anunciado dessa extraordinária jornada de luta que foi a Greve Geral do dia 12 de Fevereiro?

Qual foi a reclamação que levou a paralisar o trabalho nesse mesmo dia um milhão e meio de trabalhadores, apesar das ameaças, das mentiras, das calúnias do governo «AD» e do provocador tipo pedesco que, para vergonha de Portugal, ocupa o cargo de ministro da Administração Interna?

O objectivo, a reclamação dessa grandiosa e já histórica jornada de luta foi a demissão do governo «AD».

Participaram na Greve Geral pela demissão do governo «AD» milhares de trabalhadores que nunca tinham participado em greves com objectivos económicos imediatos.

Participaram milhares de socialistas que se recusaram a acatar as ordens do secretário-geral do seu partido que foi à televisão, lado a lado com os fascistas e reaccionários da «AD» e com os fanáticos da UGT, participar na campanha contra a CGTP-IN, contra o PCP, contra os trabalhadores, contra a Greve Geral.

Participaram milhares de trabalhadores que em tempos se deixaram enganar pela demagogia e votaram na «AD» nas eleições de 5 de Outubro de 1980.

A Greve Geral de 12 de Fevereiro foi uma poderosa demonstração de que os trabalhadores portugueses e vastíssimos sectores sociais diversificados ganham plena consciência de que a causa do agravamento do custo de vida e de todos os graves problemas existentes, é a política da «AD», é o governo «AD» e que, por isso, o primeiro passo para a solução dos gravíssimos problemas que afligem o povo e o País é a demissão do governo «AD».

A urgência da demissão do governo «AD» já hoje ninguém contesta a não ser os próprios partidos que o compõem.

Urgência da demissão pelo desumano agravamento das condições de vida dos trabalhadores (recusa à contratação colectiva, contratos a prazo, actos salariais despojavados, liquidação de regalias sociais, preços inacessíveis da assistência hospitalar e dos medicamentos, rendas da casa incomportáveis, novas discriminações para mulheres e jovens, «pacote laboral», miséria para reformados e deficientes).

Urgência da demissão do governo «AD» pela situação de crise, de ruína e de falência a que conduz as classes médias, designadamente os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e do povo em geral.

Urgência da demissão do governo «AD» pelo desastre a que está a conduzir a economia portuguesa, pela sua obra de destruição das grandes conquistas democráticas do povo português (como são as nacionalizações e reforma agrária), pela usurpação dos meios de comunicação social, pela restrição da liberdade e direitos dos cidadãos, pela sistemática violação da Lei Fundamental do País (a Constituição) e da legalidade democrática, pela incapacidade, os abusos do Poder, a corrupção generalizada, pela submissão ao imperialismo norte-americano que compromete a independência nacional e a segurança do País e que tem expressão mais vergonhosa na política externa em que falta o mais elementar assomo de brio e dignidade nacionais.

Por tudo isto e por muito mais que fica por dizer, se torna imperiosa e urgente a demissão do governo «AD».

E que fique claro. O que se impõe não é a demissão do governo «AD» para que seja formado um novo governo «AD», com ou sem Balsemão. O que se impõe é a demissão do governo «AD» para se formar um governo sem a «AD». É a demissão do governo «AD» que signifique que a «AD» é corrida do Poder.

As quatro propostas do PCP

A demissão do governo «AD» seria já um grande passo para impedir a continuação dum política que atinge profundamente os interesses do povo e do País.

Mas por si só não resolveria a crise nem garantiria o regime democrático contra os perigos do golpe de Estado através da revisão inconstitucional da Constituição.

Por isso o PCP apresenta e propõe quatro medidas necessárias para a saída democrática da situação:

- demissão do governo «AD»;
- dissolução da Assembleia da República;
- formação de um governo de gestão que garanta a realização democrática de eleições; e
- realização de eleições gerais antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

Repetimos uma vez mais que o PCP não é contrário à revisão da Constituição mas apenas contrário a uma revisão da Constituição que não observe a legalidade e que não vise melhorar, consolidar e reforçar o regime democrático.

SEMANA Internacional

10 Quarta-feira

Alexander Haig admite numa subcomissão do Senado norte-americano que a junta fascista de El Salvador será incapaz de vencer os guerrilheiros, mesmo com o apoio militar e económico da administração Reagan. Os transportes públicos de Londres paralisam completamente devido à greve dos seus trabalhadores que assim protestam contra o aumento para o dobro dos preços das tarifas. O grupo de deputados socialistas do Parlamento Europeu manifesta-se contra a adopção pelos países da CEE das sanções contra a URSS que os EUA pretendem impor. O enviado especial norte-americano ao Médio Oriente, Philip Habib, estabelece contactos com dirigentes políticos libaneses, ao mesmo tempo que a agência líbia Jana noticia que os EUA planeiam um ataque aéreo à Líbia simultâneo com o ataque que Israel prepara contra o sul do Líbano. O presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, parte para Cuba em visita oficial.

11 Quinta-feira



Sem Nujoma da SWAPO

O Parlamento Europeu condena a política norte-americana em El Salvador e apoia as propostas do presidente mexicano Lopez Portillo para a América Central. Segundo fontes partidárias, em Bonn, as sanções comerciais da Comunidade Europeia contra Moscovo terão apenas um carácter simbólico. O regime militar do Suriname faz gorar uma tentativa de golpe de estado de direita, iniciado com um ataque a um quartel próximo da capital. As autoridades paquistanesas anunciam que o período de detenção da filha mais velha do executado primeiro-ministro Ali Bhutto, foi prolongado por três meses. A SWAPO informa que nos dois primeiros meses deste ano os seus guerrilheiros puseram fora de combate mais de 500 soldados do regime racista da África do Sul.

12 Sexta-feira

A União Soviética e a Finlândia apelam num comunicado conjunto ao reatamento urgente de conversações sobre limitação de armas estratégicas entre Moscovo e Washington. O embaixador da URSS em Caracas afirma que as fotografias recentemente apresentadas pela CIA em Washington mostrando armamentos soviéticos na Nicarágua são falsas. É anunciada no Maputo a formação, em breve, de uma sociedade de investimentos moçambicano-libia, voltada para o financiamento de projectos económicos em Moçambique. Segundo um oficial de segurança sul-africano, cerca de oito funcionários governamentais do regime racista participaram no ataque de mercenários contra as ilhas Seychelles, em Novembro passado.

13 Sábado

O líder da oposição trabalhista britânica, Michael Foot, condena severamente a compra de um novo sistema de armas nucleares decidido pelo governo de Thatcher. Em entrevista à BBC, o presidente da Síria Hafez El-Assad afirma que outra invasão sionista no sul do Líbano originaria "muito certamente" uma guerra com a Síria. É anunciado na Guatemala que cerca de 200 pessoas foram assassinadas no departamento de Quiché, no noroeste do país, por elementos ligados ao regime ditatorial, nas vésperas da farsa eleitoral de dia 7.

14 Domingo



Mantel em Londres

Realizam-se em França eleições regionais. Num clima de grande tensão, com patrulhas militares a percorrerem as ruas, realizam-se na Colúmbia eleições gerais. Um dos autores do falhado golpe de estado de direita no Suriname é executado. Segundo o jornal "News of World", de Londres, um grupo de mercenários britânicos está a preparar um plano para matar o chefe de Estado do Ghana, Jerry Rawlings. Uma explosão provoca avultados danos materiais no gabinete de Londres do Congresso Nacional Africano, organização que dirige a luta da maioria negra contra o regime de apartheid na África do Sul. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional acusa as tropas da Junta fascista de El Salvador de terem massacrado cerca de cinco mil refugiados civis, numa região a 60 quilómetros a leste de San Salvador. Mais de dez mil pessoas participam em Londres numa manifestação contra o Apartheid na África do Sul.

15 Segunda-feira



Sindicalistas turcos

Num tribunal militar de Istambul, a ditadura turca pede a pena de morte para 175 opositores do regime e pesadas penas de prisão para os restantes réus (mais de duzentos); no resto do país milhares de pessoas estão ameaçadas de pena de morte pelo regime apoiado pelos EUA. O ministro soviético da Defesa inicia uma visita à Índia, chefiando uma delegação militar. A Comunidade Económica Europeia anuncia que as exportações económicas para a CEE vão ser reduzidas cerca de 1 por cento, até ao fim do ano. Os representantes de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau abandonam a reunião dos ministros da Informação da OUA a decorrer em Dakar, em protesto pela recusa do Senegal em autorizar a participação da República Sarauí Árabe Democrática. A maioria dos 40 militantes do "Solidariedade" exilados na RFA pronunciaram-se, em conferência de imprensa, contra a aplicação de sanções económicas ocidentais à Polónia.

16 Terça-feira

O presidente soviético Leonid Brejnev anuncia que a URSS suspendeu a instalação de mísseis nucleares de médio alcance, bem como a modernização do potencial já instalado na zona europeia do seu território. A Nicarágua entra em estado de emergência, por um período de trinta dias, devido à existência de planos de agressão externa contra o país elaborados a partir dos EUA; o governo sandinista apelou aos trabalhadores para que se integrem nas milícias. Uma vaga de explosões na Irlanda do Norte provoca a morte de uma criança e ferimentos em 14 pessoas. Os racistas do governo de Pratória reconhecem a agressão contra o país de Angola, reivindicando mais um massacre num campo de refugiados da Namíbia instalado na RPA. O jornal do exército polaco acusa os serviços de espionagem da NATO de se terem infiltrado no "Solidariedade" para "desfazer a política externa da Polónia".

Efeméride da Semana - A 16 de Março de 1935 Hitler anuncia oficialmente o restabelecimento do serviço militar obrigatório, rompendo com os tratados que proibiam a Alemanha de ter exército regular.

Internacional

Armas e «eleições» contra a luta dos povos da América Central

• Que forças concorrem às «eleições»? E em que condições é que elas se realizam?

A fórmula «eleições» constitui neste momento um entre os múltiplos expedientes a que vêm a recorrer as ditaduras fascistas e reaccionárias da América Central, apoiadas por Washington, perante a crescente luta dos povos destes países. Uma fórmula utilizada de par com a repressão mais violenta e o intensificado fornecimento do mais diverso tipo de auxílio militar norte-americano - e através da qual se pretende legitimar e agravar essa ingerência militar. Os factos entretanto indicam que tais «eleições» nada têm a ver com democracia. Indicam também que já nem servem aos seus próprios promotores. Que forças concorrem a tais «eleições»? E em que condições é que estas se realizam?

Na Guatemala concorreram à farsa eleitoral o partido Movimento de Libertação Nacional, que defende um estreitamento das relações com os grandes monopólios norte-americanos, a Central Auténtica Nacionalista, que abertamente defende a intervenção de Washington na América Central, a União da Oposição, de orientação democrata-cristã, que reúne homens de negócios e políticos conservadores, o general Angel Anibal Guevara, o «vencedor» das «eleições», que se distingue do presidente cessante muito simplesmente pela utilização de uma linguagem mais flexível. É caso para dizer que não havia por onde escolher... Se acrescentarmos a isto a realidade repressiva que se vive no país e que passa mesmo por formas de genocídio como as praticadas em El Salvador, temos o quadro

de fundo para compreender o carácter destas pretensas eleições. «Eleições» que pelos vistos também não vieram resolver nenhum problema à direita. Pelo contrário, complicaram-nos.

El Salvador: nas zonas libertadas constrói-se o futuro

Em véspera das «eleições» de 7 de Março, 200 pessoas foram assassinadas no noroeste da Guatemala. A continuação de uma prática política que tem de facto o apoio de todos os concorrentes à farsa eleitoral. Mas apesar deste traço de união, as contradições saltam à luz do dia através de um acto com que precisamente se pretendia contribuir para um reforço do debilitado regime. Em vão. Os parti-

dos de direita clamam agora contra a falsificação de resultados eleitorais. Os objectivos das eleições não foram manifestamente atingidos. As «eleições» na Colúmbia decorrem no mesmo clima de violência e ilegalidade, que caracteriza a «democracia» apoiada por Washington. Uma semana antes das eleições foram cancelados todos os comícios e manifestações públicas, tendo o exército realizado uma série de operações destinadas a... criar condições para o acto eleitoral. Quem vai participar nas «eleições» em El Salvador? O Partido de Conciliação Nacional, estreitamente ligado à oligarquia reaccionária, o Partido Popular de El Salvador, partido do

alheias, antes opostas, aos interesses do povo salvadoreño. No caso de Salvador é particularmente evidente a pretensão de legitimar a prática corrente do genocídio. Também aqui, entretanto, parece que o feitiço se irá virar contra o feiticeiro. Longe da pretendida legitimação de um poder antipopular, estreitamente ligado e dependente do imperialismo norte-americano, estamos antes a assistir a uma agudização do seu isolamento. «As eleições» marcadas pela junta para 28 de Março tomaram-se num grande malogrado internacional - declarou numa conferência de imprensa em Milão o vice-presidente da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), Ruben Zamora - Dos 63 países convidados a enviar observadores, apenas os Estados Unidos, Venezuela, Inglaterra e os regimes ditatoriais da América Latina aceitaram. O próprio Parlamento Europeu denunciou as eleições como uma farsa.

Assim, em El Salvador, o expediente das «eleições» está-se a virar contra os seus próprios promotores, mesmo antes da sua concretização. **Focos de vida nova** «A Frente controla aproximadamente um quinto do território nacional - afirmou em Moscovo o camarada Ruben Sanchez, membro da Comissão Política

do Comité Central do Partido Comunista de El Salvador e representante da FMLN e da Frente Democrático-Revolucionária - Aqui funcionam já órgãos do poder popular. As terras são cultivadas de modo a abastecer de viveres a população. Organiza-se a assistência médica. Promove-se uma campanha de alfabetização. Funcionam escolas, igrejas e estabelecimentos culturais. Praticam-se desportos. Foram fundadas escolas de formação política e centros militares de treino.

A importância destas zonas libertadas é realçada em reportagens de jornalistas que entretanto tiveram a oportunidade de as visitar - tratando-se muitas vezes de jornalistas dependentes da imprensa e agências de informação burguesas. O funcionamento da «Rádio Vencedores» testemunha igualmente da importância e relativa estabilidade dessas zonas. O congressista norte-americano Harkin declarou recentemente, após uma viagem a El Salvador, que logo que os Estados Unidos retirassem o seu apoio à Junta, a queda do regime seria uma questão de dias. Isso mesmo é comprovado pela actual evolução dos factos no país. A ofensiva da Frente Farabundo Martí teve o seu início dia 10 de Janeiro de 81. O objectivo militar foi passar de combates a nível local para acções coordenadas à escala nacional, o objectivo político englobar na acção directa contra a ditadura as massas populares. O resultado, segundo as palavras de Ruben Sanchez, foi que

«a ditadura perdeu o contolo político e militar absoluto sobre o país». O que é testemunhado quer pelas múltiplas acções vitoriosas da Frente e ainda pelo sucessivo falhanço das ofensivas militares da Junta. De Maio a Dezembro de 81 as tropas da junta empreenderam 18 grandes operações ofensivas. Todas fracassaram.

No recente comício de solidariedade com o PSDH, realizado há dias em santa Iria da Azóia, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«Na construção do socialismo e do comunismo, na luta por direitos vitais dos trabalhadores em regime capitalista, na luta contra ditaduras fascistas e reaccionárias e pela liberdade e a democracia, na luta pela independência nacional, na luta dos novos Estados independentes pelo progresso social, registaram-se golpes profundos no imperialismo, nas forças da exploração e da tirania, e vitórias históricas que transformaram radicalmente a fisionomia social e política do nosso planeta e alteraram favorável e radicalmente a correlação mundial de forças».

Um processo evolutivo que passa também por Salvador e igualmente se afirma com a heróica luta do seu povo, com que somos profundamente solidários. Como Alvaro Cunhal também afirmou, «Somos activamente solidários para com os povos de El Salvador, da Guatemala, em luta heróica contra ditaduras sangrentas e para com Cuba socialista e Nicarágua revolucionária».

França, uma batalha que continua

Dias antes das eleições cantonais francesas, "L'Humanité" destacava em editorial que "a batalha não terminou como o prova a resistência do patronato e da direita". Os primeiros resultados destas eleições (de que a segunda volta se realizará no próximo domingo) comprovam isso mesmo. Quer pela sua prática quotidiana, quer, neste caso concreto, pela manipulação de dados levada a cabo pela televisão e a imprensa francesa, a direita, o patronato, demonstram a sua persistência em se baterem pela reconquista da totalidade do poder, perdida nas últimas eleições presidenciais.

Também em Portugal se assistiu a uma clara manipulação dos resultados eleitorais. E se em França os resultados eleitorais mereceram sucessivamente o comentário de "derrota" da coligação governamental, passando depois para "revés", "aviso", e por fim "advertência", houve imprensa no nosso país que começou por falar de "acentuada descida" eleitoral do PCF, para referir depois que "os comunistas não conseguiram travar, de uma maneira clara, o seu declínio à boca das urnas", para finalmente terminar por dizer que os comunistas "parecem ter estabilizado o seu declínio". Em Portugal, toda a informação de direita se esforçou por transformar as eleições cantonais francesas numa campanha anticomunista. Que, verdade seja dita, nada tem a ver com essas eleições, mas muito simplesmente com a própria realidade política do nosso país, onde a campanha anticomunista cresceu de par com o fracasso da direita no poder e o ascenso da luta popular.

Um primeiro balanço político. "Tal como para as quatro eleições legislativas parciais de Janeiro de 81, "L'Humanité", os candidatos comunistas, "se não atingiram a percentagem das eleições cantonais de 1979, obtiveram um progresso, embora modesto, em relação às eleições legislativas do ano passado".

No mesmo editorial realça-se: "Quer a nível social, quer a nível económico, alguns passos importantes foram dados desde a vitória eleitoral da esquerda. No plano social, de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, registaram-se aumentos do salário mínimo e das prestações sociais. Iniciou-se uma mais justa política fiscal foram criados o ano passado alguns milhares de empregos no sector público (estando prevista a criação de mais 60 000), reduziu-se o tempo de trabalho sem alteração de salários, estabeleceu-se a reforma aos sessenta anos.

Os resultados. Os partidos da coligação governamental obtiveram 49,6 por cento dos votos enquanto a direita alcançou os 49,9. O que corresponde a uma diferença de 0,3 por cento. Diferença que entretanto a televisão e a maioria dos matutinos franceses haviam transformado em 4 por cento, juntando aos votos da direita os atribuídos a outros partidos que se apresentam como de esquerda. Segundo os resultados conhecidos, é a seguinte a votação nos principais partidos: Partido Socialista e Partido Comunista Francês, respectivamente 30 por cento e 16,5 por cento; a



Campanha eleitoral do PCF desenvolveu-se entre os trabalhadores

No plano económico, foram nacionalizados os bancos e vários grandes grupos industriais, fez-se uma viragem à reconquista do mercado interno (o que implica melhoria do poder de compra), foi decidida a reconstrução do potencial económico francês, a procura de uma maior independência no campo energético (que passa nomeadamente pelo contacto estabelecido com a União Soviética para fornecimento de gás). Mantém-se entretanto graves problemas, de que se destaca o desemprego em primeiro lugar, a resistência à concretização dos direitos dos trabalhadores nas empresas, o poder de compra.

Problemas que reflectem também a sabotagem sistemática por parte do patronato. Um dado apenas: nas empresas privadas o investimento baixou de 6 a 8 por cento. Paralelamente, as exportações de capitais atingiram níveis sem precedentes. O que está em causa nestas eleições é, não só a política de um governo de esquerda, a medida em que este corresponde às mais sentidas aspirações populares - sem dúvida a questão-chave: não só a resistência a um sabotagem por parte da direita e do capital; como também sequelas de uma legislação injusta que ainda persiste: desigualdades demográficas entre os cantões em detrimento das grandes cidades, bastiões da esquerda, formas de eleição profundamente injustas. Um conjunto de factos que traduz e se insere na árdua luta de classes que se trava em França.

A juventude na luta pela Paz

Contribuindo para a política de criação de perigosos focos de tensão internacional desenvolvidos pela Administração Reagan, o governo português cede a base das Lages para eventuais operações da FIR dos EUA no Médio Oriente; oferece a base de Beja para utilização das FA dos EUA; discute a construção de um complexo aeronaval americano em Porto Santo; reforça a participação de Portugal na NATO e procura submeter ainda mais as Forças Armadas Portuguesas aos seus mecanismos.

Esta denúncia foi feita pelo camarada Joaquim Pina Moura, membro suplente do CC do PCP, num Simpósio Científico Internacional realizado em Berlim, na RDA, sob o tema «Novas etapas do movimento revolucionário da juventude nos países capitalistas na luta pela paz e o desarmamento».

consequente subordinação ao imperialismo americano. Deixou assim bem claro que na hora presente a contribuição melhor e mais eficaz que o movimento da juventude portuguesa pode dar para a causa da Paz e do desarmamento é contribuir para a concretização do objectivo central, imediato e prioritário da luta que todo o povo português trava: a demissão do actual governo, o afastamento do poder da coligação reaccionária em que este se apola, a realização de eleições gerais que criariam condições para que uma política democrática (também no domínio externo) seja realizada em Portugal.

Esta situação particular não impede no entanto, pelo contrário, a mobilização e a adesão da juventude à luta pela Paz e pelo Desarmamento, friso. A provólo está, entre muitas outras acções de massas, o importante movimento registado em 1981 contra a instalação ou trânsito por Portugal de armas nucleares, no âmbito do qual foram recolhidas e entregues na Assembleia da República 210 000 assinaturas, entre as quais de muitos milhares de jovens.

Acção de massas contra armas nucleares - uma preocupação central na VI Assembleia da Paz

A situação internacional, o equilíbrio mundial e a aceleração da corrida global aos armamentos, de par com a análise da acção sem precedentes dos povos contra as armas nucleares e o desarmamento - foram temas centrais na VI Assembleia da Paz realizada sábado passado na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e que contou com as intervenções introdutórias do Marechal Costa Gomes e de Silas Corqueira. A Assembleia fez ainda um balanço da acção desenvolvida pelo movimento da Paz em Portugal, apontou direcções centrais de trabalho para o próximo ano e aprovou diversas moções referentes a problemas candentes dos nossos dias.

«Mencionaremos as seguintes: «Novos sistemas de armas de destruição massiva de alta precisão e redução do tempo de pré-aviso das armas de primeiro ataque (Pershing 2); as armas aperfeiçoadas e sofisticadas que tornam mais difícil a sua identificação (Cruzreiro); a militarização do espaço; a guerra nuclear limitada; a acumulação das armas nucleares». Costa Gomes acrescentou ainda que «é falsa a teoria que admite que se possa limitar no espaço e no tempo uma guerra nuclear e é extremamente perigoso que esta ideia se generalise bem como a de que pode haver protecção contra este tipo de armas. Uma guerra nuclear será total e porá termo à vida».

Programa de acção para 1982. Para fazer frente a estes perigos, e ao lado de todos os povos que organizadamente se batem pela paz, o movimento da paz em Portugal aponta como grandes linhas de acção para o próximo ano: Impedir a guerra nuclear; Fazer cessar a corrida aos armamentos, e em primeiro lugar aos mísseis e armas nucleares e de destruição massiva; criar condições favoráveis ao desarmamento e desarmamento. Intensificar as acções pela segurança e a cooperação europeias e de apoio à Acta Final de Helsinquia. Promover iniciativas pelo desenvolvimento, a independência económica, o progresso so-

cial e o estabelecimento de uma nova Ordem Económica Internacional. Desenvolver a luta contra a acção nociva das corporações transnacionais. Organizar actividades de solidariedade com o Movimento dos Países Não-Alinhados e de apoio ao seu papel na luta pela Paz e independência. Intervir contra a política imperialista de desestabilização. Apoiar acções pela Paz e a Segurança na Ásia e Oceania. Apoiar as lutas dos povos africanos pela Paz, em defesa da sua soberania nacional, pela libertação nacional e a independência económica. Defender a Paz e a Justiça no Médio Oriente, apoiando a luta do povo palestino e dos outros povos árabes. Promover acções pela paz, a independência económica e

de solidariedade com a América Latina e as Caraíbas. Desenvolver a luta contra o racismo e a discriminação racial. Lutar contra as violações dos direitos do homem. Organizar campanhas e acções de solidariedade internacional. Aprofundar a cooperação com as Nações Unidas, outras organizações intergovernamentais e não governamentais. Desenvolver acções de propaganda e publicidade e as relações com os meios de comunicação social. Organizar programas para a cultura, a educação e a ciência. Foram aprovadas moções sobre o perigo da guerra nuclear, a situação na América Latina, a Palestina e o Médio Oriente, a África Austral e contra as armas nucleares em Portugal.



A luta de massas contra a corrida aos armamentos é factor essencial na conquista da paz

Convenção Nacional Democrática reúne-se no fim-de-semana no Coliseu dos Recreios de Lisboa

• Entrevista com dois membros da Comissão Promotora da Convenção

«Avante!» — Como surgiu a ideia de realizar a Convenção Nacional Democrática?

João Cunha — A Convenção Nacional Democrática surge de uma preocupação existente no meio associativo quanto à forma como têm decorrido os trabalhos da revisão constitucional na Assembleia da República. Foi aqui mesmo, na «Voz do Operário», que essas preocupações conduziram à ideia da necessidade de um debate nacional em que intervissem associações do

Recreio, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a Sociedade «Voz do Operário», o Grupo Sacavenense, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, a Sociedade Portuguesa de Autores e a União dos Sindicatos de Lisboa. Estas organizações lançaram depois uma carta-apelo para a realização de uma reunião nacional, no sentido de avançar para a criação de uma Comissão Promotora que levasse à concretização da Convenção Nacional Democrática. Foi em 19 de Dezembro que teve lugar a reunião, com a

Numa sala da «Voz do Operário» nasceu a ideia da realização da Convenção Nacional Democrática que vai reunir-se no próximo fim-de-semana, em Lisboa. Sábado e domingo, no Coliseu dos Recreios, o povo vai tomar a palavra e dar a sua opinião sobre a revisão constitucional. Em poucas semanas, um amplo movimento de adesão à Convenção Nacional Democrática reuniu representações de muitas centenas de associações profissionais e recreativas, colectividades, cooperativas e outras organizações populares que no fim-de-semana tomarão lugar nas vastas instalações do Coliseu. Vão debater a revisão constitucional, conquistando um direito que lhes estava a ser negado que é o de participar num debate que devia envolver todo o povo português e não apenas os deputados eleitos. É à Assembleia da República que cabe o direito e o dever de proceder à revisão constitucional. É a todo o povo que cabe debater os problemas que tal revisão levanta. Numa sala da prestigiosa colectividade — a «Voz do Operário» — ouvimos dois membros da Comissão Promotora da CND — João Cunha, representante do Conselho de Moradores da Cidade de Lisboa, e João Torrado, da União dos Sindicatos de Lisboa.



«Avante!» — As adesões têm crescido desde então...

J. Cunha — Sim, e de modo significativo. Em apenas três meses passaram-se de 40 a cerca de meio milhão de organizações. Isto com as dificuldades que têm existido na divulgação da iniciativa, pois não obtivemos o apoio desejável da maioria dos órgãos de comunicação social. Se hoje contamos com tal número de adesões, isso deve-se ao esforço e à dinâmica imprimida pelas organizações aderentes e pelas comissões dinamizadoras.

«Avante!» — Quem vai afinal participar na Convenção Nacional Democrática? Quais são as formas de participação previstas?

Joaquim Torrado — Dentro do espírito com que se tomou a iniciativa, levou-se em conta que ela devia ser aberta a todas as organizações e associações de carácter não partidário — organizações sindicais e associações profissionais, cooperativas, associações de cultura e recreio, desportivas, mutualistas, associações regionais, sociedades científicas e de cultura, movimentos de opinião e, enfim, a todas as

organizações populares de base. Até este momento têm-se realizado reuniões regulares da Comissão Promotora, que tem as suas estruturas descentralizadas por distritos, e que têm dinamizado o trabalho preparatório nos locais respectivos. A participação tem-se verificado através de colóquios e sessões públicas, debates em clubes e associações de moradores e também através da divulgação dos objectivos e da propaganda da Convenção Nacional Democrática.

«Avante!» — Mas como se processará a participação das organizações nos trabalhos da Convenção?

Joaquim Torrado — A Convenção está aberta a todas as organizações e não limita o número de participantes que cada uma queira trazer; a delegação pode ter número variável. Cada organização, no entanto, só terá direito a um voto e a intervir por período limitado de tempo. Seja qual for o âmbito da organização ou o número de associados só poderá dispor de um voto. «Avante!» — Mas prevê-se votação de algum documento?

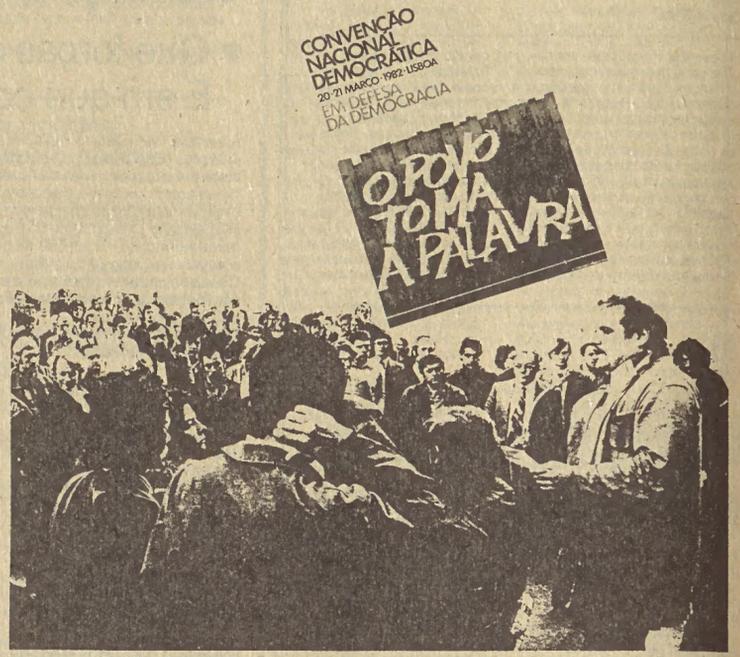
J. Cunha — Vão certamente ser aprovados documentos e, é claro, esperamos que apareçam moções a serem colocadas à apreciação da Convenção. Por outro lado proceder-se-á também à votação de uma proclamação da CND, que será também um apelo no sentido da divulgação das conclusões que sairão dos trabalhos da CND.

«Avante!» — E após a realização da Convenção Nacional Democrática? A CND acaba aí, isto é, o objectivo principal é debater a revisão constitucional durante dois dias e ficar por aí?

J. Cunha — É intenção nossa que não acabe. O problema da revisão constitucional não vai, no nosso entender, ficar resolvido no dia 21 de Março. Por isso há o trabalho de divulgar as conclusões e o apelo que a CND aprovou. É nossa ideia ainda que a Comissão Promotora da Convenção continue os seus trabalhos até à conclusão da revisão constitucional, com o objectivo de continuar a dinamizar as estruturas do movimento popular e associativo, para que as conclusões não fiquem fechadas, limitadas ao

plénario da CND; cada organização participante deve levar essas conclusões a todos os seus associados, a todo o povo...

«Avante!» — O vosso lema diz precisamente, «O Povo



os partidos são os representantes do povo na Assembleia da República, não são, porém, os seus únicos representantes. A Constituição é o estatuto de um povo. Tal como quando numa colectividade se revêem os estatutos nenhum sócio aceitaria que essa revisão se fizesse à porta fechada, pensamos que o povo tem uma palavra a dizer. A discussão aberta, livre e democrática que terá lugar no Coliseu nos dias 20 e 21 de Março pode contribuir positivamente para a revisão constitucional. «Avante!» — De que forma?

J. Cunha — Com a sua opinião, levando a sua opinião aos órgãos de soberania. Será muito difícil àqueles partidos que procuram acordos nos bastidores ficarem alheios a essa opinião.

«Avante!» — Nas adesões até agora chegadas —

têm de dar grande atenção tem feito com que, penso, tenham atrasado a sua adesão. De qualquer modo quereria acentuar o facto de que a realização de uma Convenção Nacional Democrática é um fenómeno novo. Do ponto de vista histórico. Pela primeira vez se vão reunir organizações do mais vasto carácter social. Não havendo essa prática, o número de adesões já verificado revela que estas organizações sociais não estavam adormecidas e que a questão da revisão constitucional lhes diz respeito...

J. Torrado — É que a Constituição não é vazia de conteúdo. A nossa Constituição está muito ligada à realidade criada com o 25 de Abril. É natural que todas estas estruturas, que também representam o povo, tenham uma palavra a dizer para a defesa dos

interesses do povo e do País...

J. Cunha — Um exemplo: Numa das reuniões da Comissão Promotora, esteve presente uma representante da Comissão de Mulheres do Norte que contou um caso interessante passado numa reunião dessa Comissão realizada em Viana do Castelo, sobre os problemas das mulheres do Minho; a reunião funcionava por secções e havia uma secção dedicada à Constituição que começou por ser aquela que tinha menos gente. A medida que o tempo ia passando a sala foi-se enchendo, as pessoas iam ficando. Uma mulher que nunca tomou a palavra e que seguia atentamente o debate acabou por dizer: «Finalmente a Constituição é a nossa vida!» Esta história é significativa: pessoas que nunca se preocuparam com a Constituição, quando são alertadas para o seu conteúdo compreendem a sua importância e o perigo real da sua destruição.

«Avante!» — Ao longo dos trabalhos preparatórios, das reuniões e sessões havidas pelo País, quais têm sido as preocupações mais vivas que têm vindo a lume acerca da revisão constitucional?

J. Torrado — A questão da defesa da democracia, da defesa das liberdades, é a preocupação dominante, a mais sentida por todos quantos têm aderido à Convenção.

J. Cunha — Dou outro exemplo revelador disso mesmo: temos aí uma carta de uma organização que aderiu e que sublinha mesmo que, antes do 25 de Abril e da Constituição nunca havia sido permitida a criação da colectividade. A questão das liberdades coloca-se — a de reunião, de associação, de expressão. Por outro lado muitas organizações manifestam preocupação em relação com as alterações institucionais e que levantam interrogações do género — se os poderes do Presidente da República lhe forem retirados, como é que vai ser? Se o Conselho da Revolução vai acabar, quem fica com os poderes que ele detém? Não haverá o perigo de se instituir o referendo, como pretendem certas forças políticas? Todas estas perguntas revelam que a questão da revisão constitucional e os problemas que ela põe não passam despercebidas ao povo português, que quer dar a sua opinião.



Música, canto e poesia no espectáculo da CND

Um espectáculo, a realizar também no Coliseu dos Recreios, levará a arte e o convívio à Convenção Nacional Democrática. Terá lugar no sábado, às 21.30 horas e nele participarão muitos artistas e grupos conhecidos do público. Na primeira parte do espectáculo, cuja abertura está a cargo da Banda Mista da Sociedade Filarmónica

União Artística Piedense, da Incrível Almadense e da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, participam os artistas Fernanda Lapa, Pedro Barroso, Ary dos Santos e a Brigada Vítor Jara. A segunda parte conta com a actuação do Grupo Coral de Letras da Universidade do Porto, com Mário Viegas, Barata Moura e o coral

alentejano «Eco do Alentejo», do Seixal. José Afonso encerra o espectáculo.

Os bilhetes encontram-se à venda na «Voz do Operário», na Casa do Alentejo, na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e, ainda, nas bilheteiras do Coliseu dos Recreios.

Toma a Palavra». E há quem diga, por outro lado, que se os deputados são os representantes do povo, é a eles e só a eles que compete debater a questão da revisão...

referiram cerca de meio milhão — há sectores mais representados que outros?

J. Cunha — Diariamente nos chegamos adesões, o que torna difícil prever a quantas chegaremos no dia de abertura da Convenção. Entretanto poderia parecer que o peso maior seria o do sector sindical, mas não é assim. Em maior número encontram-se as organizações de carácter associativo — colectividades, comissões de moradores, cooperativas. No entanto é possível que, ainda durante esta semana, o sector sindical cresça mais. O facto de os sindicatos estarem envolvidos em lutas complexas e vastas a que

J. Cunha — O lema que nós encontramos não quer dizer que não se reconheça a legitimidade da Assembleia da República e dos seus deputados para levarem a cabo a revisão. O que pensamos é que a revisão constitucional não pode ficar limitada a uma Comissão, dentro de gabinetes. É preciso que o povo saiba o que se está a passar. E acontece que não sabe. Pensamos também que se

CONVENÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA 20-21 MARÇO 1982 - LISBOA EM DEFESA DA DEMOCRACIA



O horário das sessões

A Convenção Nacional Democrática inicia os seus trabalhos às 14 e 30 horas de sábado, no Coliseu dos Recreios, com a intervenção de fundo a cargo da Comissão Promotora, que, para além de referir os objectivos gerais da CND, dará uma ideia sobre a organização e decurso dos trabalhos.

Após o intervalo, das 16 e 30 às 17 horas, começam as intervenções dos participantes, sempre em plenário. Esta primeira sessão encerra às 17 horas. As 21 horas realiza-se um espectáculo que referimos noutra local.

No domingo os trabalhos recomeçam às 10 horas da manhã, com intervalos das 11 às 11 e 30 e das 13 às 14 e 30 (para almoço). Da parte da tarde, as intervenções sucedem-se até às 16 horas, altura em que, após um curto intervalo, será apresentado o relatório da Comissão de Mandatos, se fará a leitura e votação de moções e será votada a Proclamação.

Para além de muitos convidados de todo o País, a organização da Convenção Nacional Democrática convidará representantes de órgãos de soberania a assistir — Presidência da República, Conselho da Revolução, Comissão Constitucional, Provedor de Justiça, Presidência da Assembleia da República, Procurador de Justiça. Serão ainda convidados todos os grupos parlamentares com assento na AR.

A Comissão Promotora enviou também convites a muitas personalidades que têm manifestado o seu apreço à Constituição da República e à defesa da democracia, como nos revelaram os nossos entrevistados, que nos mostraram uma longa lista de nomes — de professores, juristas, escritores, jornalistas, artistas, sacerdotes, sindicalistas, militares, deputados constituintes, à cabeça dos quais vem o Presidente da Assembleia Constituinte, professor Henrique de Barros.

mais variado tipo, representativas do movimento popular. Nasceu assim a ideia de uma Convenção.

Fizeram-se então vários contactos com organizações de carácter social e houve uma primeira reunião em 7 de Dezembro, que contou com a participação de 7 organizações — a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e

participação de 47 organizações que desde logo aderiram e se constituíram em Comissão Promotora. Em 12 de Janeiro lançaram um apelo de adesão à CND, realizando a sua primeira Conferência de Imprensa. O apelo teve de imediato resposta por parte de muitas organizações. De tal modo que desde logo nos pareceu que uma grande iniciativa estava lançada.

Adesões e trabalho preparatório no País

Faltava ainda uma semana para a data marcada — 20 e 21 de Março — e já o número de adesões à Convenção Nacional Democrática alcançava o meio milhão. Não há hoje distrito de Portugal continental onde não tenha chegado o apelo da Comissão Promotora, onde esse apelo não tenha tido a resposta de organizações populares — colectividades, associações, sindicatos.

Do Porto, onde o número de adesões ultrapassaram a centena há poucos dias,

chegam-nos notícias que exprimem bem o nível de participação das organizações do distrito: um plenário distrital de aderentes, realizado no sábado passado, que decidiu apoiar a Convenção Nacional Democrática, afirmou a confiança de que os trabalhos preparatórios da CND no Porto e em todo o país alcançaram os seus objectivos e serão um eficaz contributo ao desenvolvimento da consciência cívica e democrática do povo

português, à resolução dos graves problemas nacionais e ainda uma valiosa contribuição para a defesa da própria Constituição e do regime democrático.

Ainda durante a semana que corre, a Comissão Regional promove uma série de debates sobre a Constituição — «A Constituição e os Direitos da Mulher», «Código Cooperativo e a Constituição», «Direito à Habitação e a Constituição», «Direitos dos Trabalhadores e a Revisão Constitucional».

